

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS CONTÁBEIS

3335

8

P

"O USO GERENCIAL DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS TRATADAS
POR MÉTODOS QUE RECONHECEM OS EFEITOS DAS FLUTUAÇÕES
DE PREÇOS SOBRE O PATRIMÔNIO E RESULTADO EMPRESARIAL
- UMA VERIFICAÇÃO EMPÍRICA"

LUIZ FERNANDO AZEVEDO SILVA

Rio de Janeiro - Brasil
Dezembro de 1991

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CURSO DE MESTRADO EM CONTABILIDADE
CONVENIO FGV/ISEC/UERJ

"O USO GERENCIAL DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS TRATADAS
POR MÉTODOS QUE RECONHECEM OS EFEITOS DAS FLUTUAÇÕES
DE PREÇOS SOBRE O PATRIMÔNIO E RESULTADO EMPRESARIAL
- UMA VERIFICAÇÃO EMPÍRICA"

POR

LUIZ FERNANDO AZEVEDO SILVA

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO CENTRO
DE POS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE
DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO
DE JANEIRO, COMO REQUISITO PARA
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM
CONTABILIDADE


ORIENTADOR: PROF. DR. NATAN SZUSTER

Rio de Janeiro - Brasil
Dezembro de 1991

O USO GERENCIAL DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS TRATADAS
POR MÉTODOS QUE RECONHECEM OS EFEITOS DAS FLUTUA-
ÇÕES DE PREÇOS SOBRE O PATRIMÔNIO E RESULTADO EM-
PRESARIAL - UMA VERIFICAÇÃO EMPÍRICA.

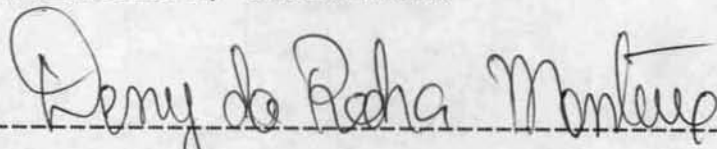
LUIZ FERNANDO AZEVEDO SILVA

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DA UERJ, COMO PARTE
DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS (M.Sc.)

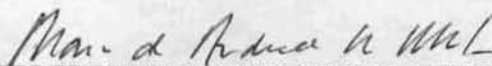


PROF. DR. NATAN SZUSTER

(PRESIDENTE, ORIENTADOR)



PROF. DR. DENY DA ROCHA MONTEIRO



PROF. DR. MARCOS DE ANDRADE REIS VILLELA

RIO DE JANEIRO-RJ-BRASIL

JANEIRO DE 1992

PARECER

A Banca Examinadora designada pela Portaria nº 01/92, do Diretor da Faculdade de Administração e Finanças, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, para julgar a Dissertação intitulada "O USO GERENCIAL DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS TRATADAS POR MÉTODOS QUE RECONHECEM OS EFEITOS DAS FLUTUAÇÕES DE PREÇOS SOBRE O PATRIMÔNIO E RESULTADO EMPRESARIAL - UMA VERIFICAÇÃO EMPÍRICA", de autoria do aluno LUIZ FERNANDO AZEVEDO SILVA, pelos abaixo assinados, após a apresentação pública da mesma pelo candidato e de ter este respondido às arguições que por seus membros foram feitas, concorda em que a referida dissertação Merece ser Aprovada, sendo sugerida sua publicação.

Rio de Janeiro, 29 de Janeiro de 1992

PROF. DR. NATAN SZUSTER

PROF. DR. DENY DA ROCHA MONTEIRO

PROF. DR. MARCOS DE ANDRADE REIS VILLELA

1. Merece ser Aprovada
2. Merece ser Aprovada com louvor
3. Merece ser Aprovada, sendo sugerida sua publicação

A minha Angela, exemplo de mãe e esposa
a minha eterna gratidão, pelo grande
incentivo, amor e compreensão, em todos
os momentos
Aos meus filhos Fernanda, Frederico e
Alexandre, pelo amor e carinho que me
dedicam"

Silva, Luiz Fernando Azevedo

O uso gerencial das informações contábeis tratadas por métodos que recom-
cem os efeitos das flutuações de preços
sobre o patrimônio e resultado empresa-
rial - uma verificação empírica / Luiz
Fernando Azevedo Silva. - Rio de Janeiro:
UERJ, 1991.

Xi, 164p. (FGV - ISEC/EPGE), M.Sc.,
Ciências Contábeis, 1991.

Dissertação - Fundação Getúlio Vargas,
ISEC/EPGE, Mestrado em Ciências
Contábeis.

1. Contabilidade gerencial.
2. Inflação. 3. Correção integral
I. FGV/ISEC II. Título

AGRADECIMENTOS

Diversas foram as pessoas e entidades que contribuíram, de uma forma ou de outra, para a realização deste trabalho. Agradeço...

Ao amigo Francisco Marcelo, pela indicação e incentivo, viabilizando a minha liberação pelo BNDES para participar do curso de mestrado.

Ao Prof. Dr. Natan Szuster, mais que um orientador formal, um amigo, que soube entender e ajudar a superar os diversos obstáculos que emergiram no decorrer deste trabalho, indicando-me os caminhos possíveis para o pleno sucesso desta pesquisa.

Ao corpo docente do Curso de Pós-Graduação em Contabilidade, da Fundação Getúlio Vargas, pelos ensinamentos proporcionados.

Aos empresários e contadores das empresas pesquisadas, cujas participações foram decisivas na viabilização dessa dissertação.

A minha esposa Angela, pelo imenso incentivo e compreensão em todos os momentos, desde a realização do curso até a conclusão desta pesquisa.

Aos meus filhos, Fernanda, Frederico e Alexandre, pelo amor e carinho que me dedicam e pela compreensão pela minha ausência à época da realização dos créditos e da pesquisa.

Aos amigos do BNDES pelo incentivo.

RESUMO

O objetivo central desta pesquisa foi o de explorar, descrever e discutir de que forma e em que extensão as empresas se utilizam das informações contábeis tratadas por mecanismos que considerem os reflexos das variações no poder aquisitivo da moeda (inflação) e das flutuações específicas de preços sobre os resultado e patrimônio empresarial, nos seus sistemas de controles internos e, conseqüentemente, em seus processos de tomada de decisão, avaliação de desempenho e fixação de tendências para o empreendimento.

Em função dos objetivos propostos, a operacionalização desta pesquisa foi desenvolvida em duas etapas.

A primeira fase, de caráter qualitativo, constituiu-se no levantamento dos dados básicos necessários ao atingimento dos objetivos desejados, através da aplicação de questionários em 12 (doze) empresas.

Através dos dados levantados, foi possível inferir-se que o sistema contábil configura-se na base primária dos relatórios gerenciais das empresas pesquisadas. O modelo da Correção Integral teve sua validade conceitual confirmada, não obstante

algumas simplificações metodológicas adotadas e o problema da inadequacidade do padrão monetário utilizado, principalmente em 1990. Em que pese ter havido consenso na indicação das distorções provocadas pelo problema do indexador, apenas duas empresas adotaram mecanismos tendentes a anular seus efeitos. Uma importante constatação também, foi o fato de que nas empresas em que se utilizavam sistemas contábeis baseados na metodologia da Lei Societária, como fonte primária, para geração de relatórios gerenciais, as suas administrações não utilizavam tais relatórios como suporte aos seus processos de tomada de decisão, como por exemplo, no processo de estabelecimento de preços.

Ressalte-se, também, que o pouco conhecimento da filosofia conceitual e vantagens informativas do modelo da *Contabilidade a Custo Corrente Corrigido*, tem impedido a sua implantação de forma mais ampla. Saliente-se que 60% das empresas da amostra já se utilizam de mecanismos de avaliação de ativos não monetários, com base em valores correntes (captação dos efeitos das flutuações específicas de preços), só que restritos aos itens circulantes (estoques). Este é, certamente, o caminho para a aplicação plena do modelo, principalmente no âmbito gerencial.

A segunda fase, cujo enfoque direcionou-se aos aspectos quantitativos, através do cálculo de indicadores econômicos-financeiros extraídos das demonstrações contábeis das empresas pesquisadas, relativos ao exercício de 1990, e elaborados em consonância com as metodologias da Correção Integral e da Lei Societária, buscou-se, mediante análise comparativa, avaliar as principais distorções envolvidas, que corroboram, de certa forma, os comentários feitos no parágrafo anterior.

A natureza exploratória deste estudo, com deslocamento da ênfase da análise quantitativa para a qualitativa, e com enfoque estritamente gerencial, é que o diferencia dos demais desenvolvidos em tempos recentes. Além disso, apresenta como característica acessória a busca por informações sugestivas para o desenvolvimento de pesquisas futuras.

SUMMARY

The main purpose of this research was to explore, describe, and discuss in which ways and extension the companies use the accounting information treated by mechanisms that consider the reflex of the variations in the purchasing power of the currency (inflation) and of the specific fluctuations of prices over the results and the businesses' patrimony in their internal control systems, and, consequently, in their decision making procedures, performance evaluation, and establishment of trends for the enterprise.

Based on the proposed objectives, the processing of this research was developed in two stages.

The first stage has a qualitative character, and it resulted from a survey, through the use of questionnaires in twelve companies, of the basic facts that are vital for the accomplishment of the desired goals.

From the facts gathered through the survey, it was possible to conclude that the accounting system forms the primary basis of the managerial reports of the companies that were surveyed. The model called Full Monetary Correction had its conceptual validity confirmed, notwithstanding some methodological simplifications

that were adopted, and the problem of the utilization of an inadequate monetary patterns, especially in 1990. Even though there was an agreement about the distortions caused by the index problem, only two companies adopted mechanisms which tend to nullify its effects. Also, a quite important verification was the fact that in the companies in which accounting systems based on the methodology of the Corporate Law were utilized as a primary source for the generation of managerial reports, their administration bodies did not use these reports as a support for their decision making procedures, such as the process of price establishment.

Also, emphasis should be given to the fact that the small amount of knowledge related to the conceptual philosophy and informative advantages of the Current Replacement Cost Accounting model have been impeding its implantation in a more extensive way. Among the companies involved in the survey, there are already 60% of them using evaluation mechanisms of non-monetary assets based on current values (capture of the effects of specific price fluctuations), but restricted to the current items (supplies). Certainly, this is the way for the full application of the model, especially in the managerial ambit.

The second stage was aimed at the quantitative aspects through the calculation of economical and financial indicators extracted from the accounting demonstrations of the companies taking part in the survey, related to the year of 1990, and

elaborated along with the methodologies of the General Price Level Accounting (Full Monetary Correction) and the Corporate Law. An evaluation of the main distortions involved that confirm, in a certain way, the comments made in the previous paragraph was conducted with the utilization of a comparative analysis.

The exploratory nature of this research, moving the emphasis from quantitative analysis to the qualitative one, and strictly focusing in the managerial aspects, is what distinguishes it from the other ones developed in recent times. Moreover, it presents, as an additional characteristic, the search for significant information for the development of future studies.

INDICE

	Página
CAPITULO I	
I INTRODUÇÃO	001
I.2 OBJETIVOS BÁSICOS DESTA PESQUISA	009
I.3 QUESTÕES A INVESTIGAR	014
I.4 HIPÓTESES DO TRABALHO	016
I.5 DELIMITAÇÃO DO ÂMBITO DO ESTUDO	017
I.6 PRESSUPOSTOS CONCEITUAIS	018
I.7 ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS DESTE ESTUDO	019
CAPITULO II	
II. REVISÃO DA LITERATURA E FUNDAMENTOS TEÓRICOS	020
II.1 INTRODUÇÃO	020
II.2 MODELOS CONTÁBEIS	023
II.3 PROBLEMAS DE FLUTUAÇÕES DE PREÇOS EM UMA ECONOMIA	026
II.3.1 Mensuração da Inflação	027

II.3.2 Reconhecimento dos Efeitos Inflacionários -	
Ponto-de-Vista Contábil	029
II.3.2.1 Conceito de Manutenção do Capital Monetário	031
II.3.2.2 Conceito de Manutenção do Capital Financeiro	
em Termos Reais	032
II.3.2.3 Conceito de Manutenção do Capital Físico	033
II.4 CONTABILIDADE A NÍVEL GERAL DE PREÇOS - CNGP	035
II.4.1 Definição de Itens Monetários e Não Monetários	036
II.4.2 A Técnica da CNGP	039
II.4.3 Vantagens e Desvantagens	043
II.5 CONTABILIDADE A CUSTO CORRENTE CORRIGIDO - CCCc	045
II.5.1 Bases de Avaliação	048
II.5.2 A Técnica da CCCc	052
II.5.3 Vantagens e Desvantagens	054
II.6 TRATAMENTO CONTÁBIL DA INFLAÇÃO NO BRASIL	056
II.6.1 Método Previsto na Lei 6404/76	057
II.6.1.1 Metodologia de Ajuste	058
II.6.1.2 Indicadores Oficiais de Correção Monetária	060
II.6.1.3 Considerações Gerais	062
II.6.2 Método da Correção Integral	065

CAPÍTULO III

III	METODOLOGIA DA PESQUISA	070
III.1	NATUREZA DA PESQUISA	071
III.2	MODELO DA PESQUISA	072
III.3	SISTEMÁTICA DE OPERACIONALIZAÇÃO DO MODELO DE PESQUISA	073
III.4	VARIÁVEIS DA PESQUISA	074
III.4.1	Definições Conceituais e Operacionais	074
III.5	CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DA AMOSTRA	076
III.6	ESTRATÉGIA DE COLETA DE DADOS	077
III.7	ANÁLISE DOS DADOS	079
III.8	LIMITAÇÕES DESTA PESQUISA	079

CAPÍTULO IV

IV.	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA	080
IV.1	CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	080
IV.2	ANÁLISE EXPLORATÓRIA DOS DADOS	082
IV.2.1	Caracterização da Amostra	082
IV.2.2	Análise Qualitativa	087
IV.2.3	Análise Quantitativa	125

CAPITULO V

V	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	136
V.1	SUMÁRIO DA PESQUISA	136
V.2	CONCLUSÕES SOBRE O ESTUDO	139
V.3	SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS	147

BIBLIOGRAFIA

ANEXOS

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

A Contabilidade, a medida que evolui, acompanhando o desenvolvimento do complexo quadro de referência ambiental dos negócios e das necessidades de informações demandadas pelas unidades empresariais, componentes do sistema econômico, tende a constituir-se num eficiente instrumento de apoio à tomada de decisões; tanto em termos de planejamento, como de controle e de avaliação de desempenho empresarial.

A importância da Contabilidade como ponto de apoio aos processos decisoriais de seus diversos usuários, agentes econômicos interno e externos, é inquestionável, levando alguns autores da área contábil, como o prof. David Li (1977, p.563), a afirmar que o êxito de uma administração estaria atrelada à capacidade dessa própria administração em usar as informações contábeis. Apenas a título ilustrativo, mencione-se que em pesquisa realizada nos Estados Unidos, pela empresa DUN & BRADSTREET, sobre as causas dos fracassos empresariais, foi apontada como principal, a manutenção de sistema contábil deficiente.

É claro que a utilidade de tais informações somente serão validadas, se as mesmas reunirem algumas características essenciais entre elas a de confiabilidade, que pode ser definida como a qualidade que dá segurança de que a informação está razoavelmente livre de erros e tendenciosidades, e representa perfeitamente o que propõe a representar.

Neste ponto é importante mencionar que a contabilidade praticada de forma rígida com base nos princípios fundamentais, entre eles o do "Custo (Histórico) como Base de Valor" e o do "Denominador Comum Monetário" (padrão monetário), em cenário inflacionário, não fornece informações úteis e confiáveis. Primeiro, porque a moeda não é um padrão uniforme para avaliação, em períodos de mudanças de preço e, segundo, porque o custo histórico, só é relevante no momento da aquisição, pois perde substância econômica a partir deste ponto, não servindo como parâmetro de avaliação e comparabilidade, e para análises econômico-financeiras.

Este fenômeno de mutação persistente dos níveis de preços tem desafiado enormemente a própria credibilidade da Contabilidade. A busca de mecanismo que possibilite a

dentificação, registro e evidenciação dos efeitos inflacionários, tem sido uma constante nas pesquisas contábeis desenvolvidas nos últimos tempos.

A inflação que se encontra imersa em níveis variados, nas economias modernas, configura um evento a mais que afeta as empresas e que, ao provocar fenômenos de transferência econômica, gerando uma situação que produz custos e receitas efetivos ou potenciais, incide na renda e na riqueza patrimonial. Dessa forma, como todo e qualquer fato contábil, deve ter seus efeitos sobre os empreendimentos devidamente registrados e evidenciados, a fim de que o conjunto de informações gerado, tenha representatividade e utilidade autêntica.

A este propósito ASSAF NETO (1980, p.09), lembra que "...o efeito do processo inflacionário nas atividades empresariais, quando não devida e adequadamente considerado, tende a gerar lucros ilusórios, decisões equivocadas e a própria descapitalização da empresa".

Contudo, a decisão de reformulação do modelo contábil tradicional (Contabilidade a Custo Histórico), de forma a que o mesmo permita a evidenciação dos efeitos das mudanças de preços sobre o patrimônio e resultado empresarial, tem esbarrado numa gama de restrições próprias

dos modelos normativos, que configuram sistemas fechados ou virtualmente fechados. As limitações mais importantes que tem sido empregadas no estabelecimento de padrões contábeis, são, além dos princípios contábeis geralmente aceitos, os critérios de utilidade, objetividade, praticabilidade e verificabilidade. A ótica utilizada neste modelo, denominado por muitos estudiosos como Contabilidade Financeira, privilegia, basicamente, o usuário externo, pois de outro modo, sem as normatizações/limitações, as informações geradas seriam de difícil compreensão e comparabilidade por parte desses usuários.

Não obstante as restrições supracitadas, muitas pesquisas tem sido conduzidas com o fito de identificar formas alternativas para representar, adequadamente, o patrimônio e as operações empresariais, ou seja, formas mais corretas de depurar os dados contábeis dos efeitos inflacionários e/ou das flutuações específicas de preços dos ativos, sem risco de deformações. Não se deve confundir esses dois problemas, pois apesar de relacionados, referem-se a questões diferentes. O primeiro refere-se a mudanças no nível geral de preços (inflação), enquanto que o segundo refere-se a mudanças nos preços específicos, ou seja, trata-se de variações do valor econômico de bens e serviços ofertados pela economia, independente da existência ou não de inflação.

Como resultado das aludidas pesquisas, temos hoje diversas propostas de ajuste dos números contábeis, sendo de destacar os modelos da "Contabilidade a Nível Geral de Preços - CNGP" e "Contabilidade a Custo Corrente Corrigido - CCCC". A rigor, os outros inúmeros modelos existentes derivam destes dois. O primeiro com propostas de ajuste dos números contábeis pela variação do nível geral de preços, e o segundo, pela combinação de dois processos de ajuste, pela mudança no nível específico e geral de preços. Estes dois modelos tem sido adotados em alguns países, porém como informações suplementares aos relatórios principais, baseados na "Contabilidade a Custo Histórico - CCH".

No Brasil, dado o processo inflacionário crônico, presente nas últimas décadas e exacerbado nos três últimos anos, evoluiu-se de um modelo simplificado e um tanto distorcido de contabilização dos efeitos inflacionários (Lei 6404/76 e a atual Lei 8200/91), para outro denominado "Correção Integral", baseado integralmente no modelo da CNGP, mas com obrigatoriedade de utilização a exemplo de outros países como Estados Unidos e Argentina, apenas como relatórios suplementares às demonstrações exigidas pela Lei Societária.

Este modelo (correção integral) representou, indubitavelmente, um avanço considerável rumo a melhoria qualitativa das informações contábeis; e o caminho lógico para um

refinamento ainda maior, seria a adoção do modelo do Custo Corrente Corrigido, cujo uso é ainda obstaculizado sob o argumento de excesso de subjetivismo e falta de praticabilidade. Entretanto, para efeito de contabilidade gerencial, nada impede a adoção desse mecanismo, pois os modelos gerenciais apesar de derivarem da contabilidade financeira, tem poucas limitações reais, além daquelas ligadas a custos e ingenuidade técnico-administrativa.

Nesse sentido. IUDICIBUS et alii (1983, p.12), lembram

"Se a Contabilidade Gerencial quiser, efetivamente, ser de grande utilidade para a gestão financeira, precisa munir os responsáveis pelas decisões de captação e uso dos recursos, de instrumentos informativos especiais, em condições inflacionárias"

Em muitos casos, a informação contábil disponível à administração, tem sido originária de dados mantidos, primordialmente, para propósitos de contabilidade financeira. Esses relatórios, preparados com base num quadro referencial (padrões/princípios contábeis geralmente aceitos e normas legais), apesar de permitir a comparabilidade entre empresas, podem ser,

como afirmam BIERMAN & DREBIN (1979, p.313), de pouca relevância para a tomada de decisões gerenciais.

Ressalte-se, contudo, que já há indícios de que algumas empresas no Brasil estariam evoluindo para sistemas contábeis gerenciais que privilegiam modelos avançados de reconhecimento das mutações gerais e específicas de preços e seus efeitos sobre o lucro e a riqueza patrimonial. Este é sem dúvida, o caminho para o aprimoramento e refinamento dos relatórios gerados pela Contabilidade Financeira, pois a Contabilidade Gerencial, por ser um modelo flexível, funciona como um verdadeiro laboratório para o desenvolvimento de mecanismos adequados de ajustes dos efeitos das mutações nos níveis de preços sobre as informações contábeis.

Neste sentido, é importante mencionar, que na literatura Contábil, muito se tem escrito sobre a superioridade das informações tratadas pelos métodos da Contabilidade a Nível Geral de Preços (Correção Integral) e da Contabilidade a Custo Corrente Corrigido, que tornam as informações contábeis cada vez mais fidedignas e potenciamente capazes de refletir a real performance dos resultados das atividades empresariais.

Entretanto, a extensão em que se usa efetivamente essas informações no plano interno (gerencial) da empresa, para efeito de controle, tomada de decisão, avaliação de desempenho e fixação de tendências para o empreendimento, tem sido pouco difundido, centrando-se, normalmente, a discussão em torno das vantagens da divulgação das informações tratadas pelos aludidos métodos, sobretudo para os usuários externos. A própria Instrução CVM-64/87, (hoje substituída pela de nr. CVM-146/91), ao estatuir a obrigatoriedade da divulgação de demonstrações contábeis paralelos em moedas de poder aquisitivos constante (correção integral), enfatizava, em nota explicativa que acompanhava a aludida instrução, a importância deste tratamento para os usuários externos.

Neste ponto, localizou-se o problema básico desse estudo, cujo mérito centrou-se na evidenciação da validade do uso gerencial de informações tratadas por métodos que reconheçam os efeitos das flutuações de preços sobre os patrimônios e resultados empresariais, sem riscos de deformações, notadamente as informações tratadas de acordo com a sistemática prevista na Instrução CVM-146/91 e legislação posterior. Buscou-se aqui, identificar a extensão do uso, limitações e vantagens dos modelos de ajustes contábeis dos efeitos das mutações específicas e gerais de preços, sob a ótica do usuário interno, procurando-se, ao mesmo tempo, ampliar o campo de pesquisa na área contábil.

I.2 OBJETIVOS BÁSICOS DESTA PESQUISA

O presente estudo objetivou a exploração, descrição e discussão da forma e extensão, em que são utilizadas as informações contábeis, tratadas pelo método da "Correção Integral", no âmbito interno da empresa, ou seja em seus relatórios gerenciais, para efeito de controle, tomada de decisão, avaliação de desempenho e fixação de tendências para o empreendimento. Procurou-se detectar também, se as empresas utilizavam-se gerencialmente, de outros métodos contábeis de reconhecimento das flutuações específicas de preços, como a Contabilidade a Custo Corrente Corrigido, ou outros modelos mais completos do que aquele previsto na legislação em vigor. Além disso, buscou-se identificar as causas que levam as empresas a utilizarem-se ou não das aludidas informações, durante os seus processos operacionais, com vistas a tomada de decisão da administração superior.

A escassez de estudos que tratem, especificamente, da efetiva utilização de informações contábeis, depuradas dos efeitos inflacionários nos controles gerenciais das empresas, principalmente em seus sistemas contábeis, de planejamento

e de administração de capital de giro, tem conduzido a que alguns contadores e empresários coloquem, muitas vezes, em dúvida a eficiência da utilização das mencionadas metodologias.

Apenas a título ilustrativo, mencione-se que em muitos relatórios contábeis, elaborados em conformidade com a lei societária, divulgados por companhias abertas, os quais apresentam um lucro operacional (antes da correção monetária) e prejuízo após o cômputo desta parcela, encontra-se, invariavelmente, explicações da diretoria, mencionando que o prejuízo foi devido "apenas" a correção monetária do balanço, como se fosse algo de menor importância, apenas de efeito contábil. Verifica-se, portanto, que a administração de tais empresas não se deram conta de que o saldo devedor da correção monetária, implica na perda de valor dos ativos monetários expostos à inflação e que o lucro bruto não foi suficiente para compensar tal perda.

Neste Ponto seria interessante lembrarmos uma afirmação de LI (1977, p.563):

"Embora o desenvolvimento dos demonstrativos contábeis dependa de sua aceitação por parte da administração, é

correto afirmar que a capacidade da administração para usar a Contabilidade é importante fator contributivo para o êxito da própria administração. Ou, dito de forma negativa, podemos atribuir muitos fracassos empresariais diretamente à incapacidade da administração de utilizar a Contabilidade”.

Alguns contadores, por sua vez, como afirma KAPLAN (1984, p.15), estão mais interessados, geralmente, nos registros e alocações de custos de maneira coerente e objetiva, visando atender, primariamente, os usuários externos e as exigências fiscais.

Essas posturas, derivadas do desconhecimento, ou mesmo de um exagerado conservadorismo (ou comodismo), tendem a conduzir a empresa a não utilização de certos mecanismos que tornem as informações contábeis mais úteis ao processo decisório. Como ajuíza KAPLAN (1984, P.15), os procedimentos contábeis internos podem e devem ser diferentes daqueles utilizados para fins externo. E o uso de técnicas adequadas de depuração dos efeitos inflacionários sobre os itens patrimoniais e de resultados, ou mesmo os ajustes derivados das flutuações específicas de preços dos ativos, não devem ser negligenciados, sob pena de reduzir substancialmente a utilidade das informações contábeis, sobretudo para o público interno.

O processo inflacionário tem atingido os diferentes países à taxas extremamente variadas. Nos Estados Unidos da América, por exemplo, cuja taxa inflacionária situa-se num patamar relativamente baixo (bem abaixo dos 10%) o interesse pela manutenção da Contabilidade a Nível geral de Preços (CNGP), tem sido dividido. KAM (1986, p.280), em seu livro "Accounting Theory", cita diversas pesquisas realizadas naquele país, através de entrevistas individuais ou aplicação de questionários em analistas financeiros, banqueiros e executivos financeiros (controllers), acerca da utilidade da CNGP, comparativamente à contabilidade tradicional (custo histórico), que resultaram na colocação da CNGP em segundo plano, em termos de importância. Outra pesquisa citada, envolvendo indicadores baseados em dados ajustados ao nível geral de preços, aplicados na avaliação de ações, e na capacidade desses indicadores para predizer queda nos negócios, apontaram uma vantagem apenas ligeiramente superior da CNGP, comparativamente às análises baseadas em indicadores respaldados na contabilidade tradicional.

Um outro estudo também citado, conduzido por CASEI & SANDRETTO (1981, p.360), sobre o uso da informação contábil pelos dirigentes, para propósitos internos, baseada na CNGP e no

Custo Corrente Corrigido, indica uma reação positiva. Dos 500 (quinhentos) questionários enviados, 262 (52,4%), responderam considerando bastante relevantes tais informações para os administradores.

Embora uma grande evidência empírica, como afirma KAM (1986, p.332), nos Estados Unidos, indiquem que os usuários não veem maior utilidade das informações contábeis tratadas de acordo com a CNGP, em relação à contabilidade tradicional, é ainda discutível se isto é devido a atual falta de informações adicionais do primeiro ou a falta de familiaridade destes dados, por parte dos usuários.

No Brasil, país que vem convivendo com altas taxas inflacionárias, beirando a hiperinflação, escalada essa interrompida, sistematicamente, por curto espaço de tempo, em função da deflagração de sucessivos e mal sucedidos planos de estabilização econômica, em pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI), sobre o impacto da Instrução CVM-64/87 (atual 146/91) na qualidade das informações contábeis das empresas, constatou-se que as informações obtidas através sistemática da correção integral, preconizada pela aludida Instrução, é muito superior, em termos de utilidade, àquelas obtidas através das demonstrações elaboradas com base na Lei Societária.

Nesse contexto, o presente estudo deverá servir de complementação a pesquisa acima mencionada, devendo contribuir, significativamente, para um maior conhecimento da realidade contábil atual, sugerindo inclusive novas linhas de pesquisas.

1.3 QUESTÕES INVESTIGADAS

Considerando os objetivos específicos desta pesquisa, e a importância de manutenção pela empresa, em seus relatórios contábeis gerenciais, de mecanismos adequados que propiciem o reconhecimento do impacto das mutações ocorridas no poder geral de compra da moeda sobre o patrimônio e resultados empresariais, este estudo foi desenvolvido objetivando a obtenção de respostas às seguintes indagações:

- a. As empresas que compõe a amostra, utilizam-se, efetivamente, das informações contábeis tratadas de acordo com a sistemática de "Correção Integral" prevista na Instrução CVM-64/87 (atual 146/91) e legislação posterior para fins de tomada de decisão gerencial?

- b. Em caso positivo, de que forma e em que extensão são utilizadas as informações geradas pela sistemática de correção mencionada acima?
- c. Existem limitações/deficiências, sob a ótica do usuário interno, do referido modelo de correção integral?
- d. As empresas pesquisadas, utilizam-se, gerencialmente, de outros métodos contábeis que incluam o reconhecimento das flutuações específicas de preços ou de outros modelos mais completos, que o da "Correção Integral"?

Através das respostas a estas questões, buscou-se, basicamente, verificar a efetiva utilização e validade para finalidades gerenciais, do modelo de ajuste contábil denominado "Correção Integral". Adicionalmente procurou-se identificar o uso gerencial de outros mecanismos de ajustes dos efeitos das variações específicas e gerais de preços e sua

aderência à teoria contábil, elaborando-se um quadro comparativo entre a prática encontrada e a literatura, identificando-se os principais pontos/problemas de divergências, suas prováveis causas e consequências.

I.4 HIPÓTESES DO TRABALHO

As premissas básicas que nortearam esta pesquisa foram:

- . As companhias pesquisadas, utilizam-se, parcialmente, das informações tratadas de acordo com a sistemática de "correção integral", para fins de tomada de decisão gerencial.
- . Acredita-se que existam diversas limitações/deficiências, mas que, no entanto, não invalidam as informações tratadas por esta sistemática para efeito de análise gerencial.
- . As empresas pesquisadas não se utilizam, gerencialmente, de outros modelos de ajuste contábil, além daquele previsto na Instrução 146/91.

1.5 DELIMITAÇÃO DO ÂMBITO DO ESTUDO

Muito embora as flutuações específicas de preços e a variação média do poder aquisitivo da moeda atinja a economia como um todo, neste trabalho serão abordados apenas os mecanismos contábeis desenvolvidos para o reconhecimento dos efeitos dessas mutações sobre o patrimônio e o resultado empresarial, e a utilização dos mesmos, especificamente, no âmbito interno da empresa (contabilidade gerencial).

Cabe assinalar que esta pesquisa desenvolveu-se no âmbito das empresas abertas com ações negociadas em bolsa de valores.

No que concerne a verificação empírica do uso gerencial das informações contábeis tratadas pelo método da correção integral ou outros modelos, o instrumental de apoio resumiu-se, além das entrevistas, no exame das demonstrações publicadas, referentes aos exercícios findos em 1989 e 1990 e, quando possível, nos relatórios contábeis de uso interno (contabilidade gerencial).

1.6 PRESSUPOSTOS CONCEITUAIS

Este estudo partiu do pressuposto conceitual de que a utilização de informações contábeis, tratadas de acordo com as metodologias que as depurem, integralmente, dos efeitos das flutuações específicas de preços e das oscilações verificadas no poder aquisitivo médio da moeda sobre o patrimônio e resultado empresarial, constituem-se num valioso instrumento, e que sua utilização maximiza os resultados de um processo de decisão empresarial. Desse modo, pressupõe-se que a sua utilização gera maiores benefícios do que a utilização de informações baseadas em dados gerados pela contabilidade convencional ou de acordo com a sistemática prevista na Legislação Societária (Lei 8200/91).

Pressupos-se também, a possibilidade de observar nas empresas pesquisadas, a partir principalmente, de entrevistas, aquelas que se utilizam gerencialmente da sistemática de correção integral ou outro modelo similar ou mais completo.

Partiu-se do pressuposto ainda, de que as demonstrações financeiras publicadas, referentes aos exercícios findos em 1989 e 1990, foram elaboradas em conformidade com a lei societária (Lei 6404/76 e 7779/89) e com a Instrução CVM-64/87 e legislação posterior.

I.7 ESTRUTURAÇÃO DOS CAPÍTULOS DESTE ESTUDO

No próximo capítulo será apresentada a fundamentação teórica e as respectivas diretrizes do trabalho. Abordar-se-á a literatura científica acerca dos principais modelos de ajustes dos efeitos das mutações específicas e gerais de preços, sobre as informações contábeis, ou seja, dos mecanismos que permitem a correção dos erros ou distorções das medidas contábeis decorrentes da utilização de técnicas que privilegiam o uso inflexível dos princípios contábeis geralmente aceitos (contabilidade convencional), notadamente os princípios do "Custo (Histórico) Como Base de Valor" e da "Unidade de Medida Monetária". Parte-se da revisão teórica do conceito de lucro em contexto inflacionário, centralizando a atenção no problema da manutenção da riqueza patrimonial.

No capítulo III são abordados os procedimentos metodológicos adotados para a realização deste estudo. São apresentados o modelo do estudo, a população e a amostra, a instrumentação e a coleta de dados.

O capítulo IV foi dedicado à apresentação e análise dos resultados do estudo.

As conclusões e recomendações sugeridas encontram-se explicitadas no capítulo V.

CAPÍTULO II

REVISÃO DA LITERATURA E FUNDAMENTOS TEÓRICOS

II.1 - INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo é sumarizar o estado da arte corrente da Teoria Contábil, no que se refere especificamente, ao tratamento dos efeitos das flutuações de preços de bens e serviços disponíveis na economia, sobre o lucro e a riqueza patrimonial, e relatar a discussão teórica sobre a evolução da prática.

O cerne da questão que será aqui abordado, repousa sobre os problemas surgidos em decorrência das flutuações de preços e seus efeitos sobre o sistema contábil das unidades empresariais, ou seja, sobre os relatórios periódicos de desempenho econômico-financeiro dos empreendimentos, preparados para os diversos usuários da informação contábil, principalmente para aqueles que estão envolvidos no dia-a-dia da administração.

Mesmo na ausência de inflação, em um mundo real, repleto de incertezas e com mercados imperfeitos e incompletos, é importante que haja medidas de valor, capital e resultado, que satisfaça todas as necessidades informativas.

A discussão sobre inflação no âmbito contábil, tem sido bastante difícil na medida que a maioria dos princípios e convenções contábeis foram estabelecidos na suposição de ausência de inflação, sendo a base tradicional de mensuração o custo histórico. O custo histórico tem a vantagem de fornecer um registro da transação atual, muito importante para propósitos de controle, e uma medida bastante objetiva, em que pese existir alguma subjetividade no registro de custos não expirados.

Afora as condições irrealista de suposição de moeda estável, a avaliação a custo histórico falha, principalmente, ao não registrar as mudanças específicas nos valores dos ativos, entre a data de aquisição e a data do balanço (valor corrente/ganhos e perdas não realizadas) e entre o valor do ativo na data de aquisição e na data de uso (valor corrente gerando ganhos e perdas realizadas).

Dessa forma, o sistema de avaliação a custos históricos falha ao não fornecer medidas de valor e resultado que são bastantes úteis para avaliação do desempenho econômico da entidade. Estes problemas são ampliados pela presença de inflação geral (ou deflação) que tende a aumentar o *gap* entre o valor corrente e o custo histórico, devido ao declínio (ou aumento) do valor da unidade monetária em adição a algumas distorções causadas pelas mudanças de preços relativos.

O isolamento dos efeitos da inflação geral e a introdução de valores correntes na contabilidade, permite a produção de um conjunto de informações relativas ao progresso econômico da entidade, que é relevante para a maioria dos usuários das informações contábeis, sejam internos ou externos.

Diferentes grupos de usuários tem interesses diversos em relação às informações contábeis, e, dessa forma, os padrões contábeis passam a configurar, inevitavelmente, um processo político, uma acomodação entre os interesses desses grupos.

Não é por outro motivo que a prática contábil desenvolveu-se, historicamente, com base em modelos normativos, delimitados pelos princípios contábeis geralmente aceitos.

II.2 MODELOS CONTÁBEIS

Modelos representam uma simplificação da realidade, e servem como quadro referencial para análise de problemas e para tomada de decisões.

A Contabilidade tem focado sua atenção sobre padrões ou problemas que são levantados, quase sempre, sobre práticas alternativas, em uso ou propostas. O conjunto de padrões contábeis está envolvido com a seleção de alternativas, configurando-se, conseqüentemente, em um processo de tomada de decisão. Dessa forma, intencional ou não, os modelos contábeis tem sido construídos para examinar as alternativas.

De acordo com Miller (1980, p.72), os principais tipos de modelos são os normativos (simples), situacionais (complexos) e gerenciais (internos). No primeiro, a escolha das ações é determinada por limitações (restrições); parte de diversas suposições e o seu sistema é fechado ou virtualmente fechado, e livre de influências externas; os elementos considerados são parecidos ou razoavelmente similares e podem ser bem definidos e programados. As limitações ou critérios de decisão são construídos para delimitar o grau de liberdade na seleção de métodos e critérios. A tomada de decisão é simplificada assim, pela suposição de que a melhor decisão é aquela identificada no modelo.

Este é o modelo utilizado historicamente pela Contabilidade Financeira, sendo que as restrições mais importantes utilizadas são, além dos princípios contábeis geralmente aceitos, os critérios de utilidade, objetividade e praticabilidade.

No modelo situacional, supõe-se um sistema aberto, isto é, nem todos os fatores internos relativos ao problema são conhecidos. Ademais, a influência externa de outros ambientes é reconhecida, sendo que o mais importante é a idéia de que nem todos os elementos são parecidos, embora exista similaridade. Neste modelo as restrições funcionam não apenas para identificar decisões, mas, principalmente, como catalizador de elementos, dentro de cada grupo, de sorte a que as alternativas disponíveis sejam logicamente aplicadas. Com efeito, o processo de decisão inclui o confronto de situações e alternativas disponíveis, sendo que as limitações utilizadas não seriam necessariamente diferentes daquelas mencionadas na abordagem normativa.

Quanto ao modelo gerencial, ressalte-se que o mesmo tem poucas limitações reais, além daquelas ligadas ao custo do sistema e a falta de visão gerencial, pois um bom sistema gerencial é aquele que fornece informações confiáveis, úteis e tempestivas. São modelos que embutem informações passadas, presentes e futuras, enfocando os diversos segmentos de uma empresa.

II.3 PROBLEMAS DE FLUTUAÇÕES DE PREÇOS EM UMA ECONOMIA

A inflação tem sido definida, geralmente, como um declínio no poder de compra da moeda, em decorrência de aumento nos níveis gerais de preços (Shapiro - 1973,p.627). Este fenômeno não é novo, porém tem sido particularmente agudo no século vinte, principalmente nos países de base primária de produção e aqueles subdesenvolvidos ou em processo de desenvolvimento, como é o caso brasileiro, que vem sofrendo um processo inflacionário crônico. As formas de combate a este mal variam de país para país, e o sucesso ou insucesso desta batalha está muito ligado à aspectos políticos e estruturais desses países. Além disso, dado o fato de que algumas partes se beneficiam dos efeitos e continuação da inflação, pela transferência de renda, este fenômeno deixa de ser um mal econômico para ser um mal político.

É importante fazer-se aqui uma distinção entre o nível geral de preços, preços específicos e preços relativos. O nível geral de preços é uma medida de poder de compra da moeda, representado por qualquer índice geral. Preços específicos são os preços individuais de bens e serviços observáveis. Estes preços específicos podem sofrer mudanças relativas para um outro patamar, sem que haja, necessariamente, uma inflação geral. Se um preço específico muda em um período, pode-se segregar esta

mudança em dois componentes, aquele que é inerente a mudança no poder de compra em geral e aquele que decorre de mudanças no preço de mercadorias específicas, ou seja, o incremento ou redução real de preços.

Vale ressaltar que estas distinções constituem um importante componente de qualquer sistema de contabilização dos efeitos das flutuações de preços sobre os números contábeis, principalmente, como embasamento de algumas propostas híbridas que conjuguem os métodos de contabilização a preços correntes ou de reposição e a nível geral de preços.

II.3.1 MENSURAÇÃO DA INFLAÇÃO

Tem-se assumido, universalmente, que a inflação, medida por um índice de preços, baseado em uma determinada cesta de produtos e serviços, reflete aproximadamente bem o nível geral de preços.

As mudanças nos níveis gerais de preços configuram um macrofenômeno (inflação) que afeta as micro-unidades (empresas) de diferentes formas. Consequentemente, os índices gerais de preços tem sido considerados, medidas lógicas para definir-se o movimento global de preços em uma economia ou mesmo num segmento econômico.

Entretanto, como afirma Whinttington (1983, p.11), este índice representa o poder de compra do dinheiro estritamente para um indivíduo ou empresa, que consuma bens e serviços na proporção de seus pesos no índice.

No Brasil, país que convive com altas taxas inflacionárias, este tipo de crítica tende a perder importância, na medida em que neste ambiente, a maioria dos preços tende a mover-se para cima. Assim, não é por mera coincidência, que o uso de índices gerais de preços, em países com persistente alta de preços, tem sido bastante utilizado.

Mencione-se a propósito, a séria distorção que vem ocorrendo no Brasil, nos modelos de ajustes contábeis dos efeitos inflacionários, em função do uso de indicadores baseados na variação de títulos governamentais, que configuram instrumentos de política monetária, e que, historicamente, não têm refletido o real poder de compra da moeda. Este assunto será abordado mais detalhadamente no item II.6.1.2.

II.3.2 RECONHECIMENTO DOS EFEITOS INFLACIONARIOS - PONTOS-DE-VISTA CONTABIL

Na formulação do arcabouço conceitual teórico da Contabilidade, partiu-se da suposição de uma razoável estabilidade da unidade monetária, constituindo-se, assim, o princípio do "Custo Histórico Como Base de Valor", como um dos principais pilares de sustentação da Teoria Contábil.

Entretanto, tal suposição de estabilidade monetária não encontra base de sustentação em economias inflacionárias, dado a elasticidade da moeda, unidade de medida contábil, cujo valor real perde substância em proporção inversa à alta de preços.

Consequentemente, a contabilidade praticada nesses ambientes, com base em preços históricos, cujo modelo normativo implica na edição de relatórios, contendo uma curiosa mistura de moedas (preços passados, presentes e futuros), como se fossem medidas homogêneas, conduz a informações confusas e distorcidas, em níveis tão significativos, quanto maior for o nível inflacionário. Não é demais lembrar que isto pode conduzir à decisões equivocadas e comprometedoras, por parte dos usuários dessas informações.

Deve-se enfatizar, contudo, que o custo histórico, mesmo em países que adotam a contabilidade tradicional (a preços históricos), não tem sido aplicado em sua forma pura. As alterações comumente empregadas são as reavaliações *ad hoc* de ativos fixos e a convenção do conservadorismo, que encoraja uma tendência declinante nas práticas de avaliação de certos ativos, como o estoque, implicando na escolha do menor valor, entre o preço histórico e o valor de mercado.

O procedimento acima mencionado, nada mais significa, que o reconhecimento das mudanças nos preços específicos dos ativos, só que de forma parcial, na medida em que somente são reconhecidas as perdas decorrentes das mudanças de preços específicos e não os ganhos pela valorização dos mesmos, e, ainda assim, restrito a alguns ativos não monetários. Isto deixa transparecer que os princípios contábeis não são tão rígidos quanto parecem, o que tem facilitado a aceitação, em muitos casos, de modelos contábeis avançados, de ajuste dos efeitos das mutações específicas e gerais de preços.

A questão da avaliação dos ativos está intimamente relacionada ao conceito que se deve adotar para manutenção da riqueza patrimonial, sendo ambos, elementos essenciais à mensuração do lucro.

E na discussão sobre a escolha de modelos contábeis para avaliação de ativos, pelo menos três abordagens tem sido utilizadas, para definir-se o capital que deve ser mantido, antes de se reconhecer um ganho como lucro. Essas abordagens são: 1.capital monetário; 2.capital real; e 3.capital físico.

II.3.2.1 Conceito de Manutenção do Capital Monetário

Essa é a abordagem tomada pelo modelo da "Contabilidade a Custos Históricos", e deriva do ponto-de-vista contábil da Teoria do Proprietário, que coloca, em essência, o patrimônio líquido de uma empresa como sendo o centro das atenções para propósitos de relatórios financeiros, sendo ele, o valor da empresa para o proprietário que deve ser mantido intacto. A preocupação básica aqui é a manutenção da riqueza inicial, figurando o lucro do período como o excedente passível de distribuição.

Neste caso, a preocupação básica recai sobre a manutenção do montante de recursos monetários nominal do capital do proprietário. Numa economia onde os preços relativos estejam plenamente estabilizados, este conceito funciona perfeitamente.

Entretanto, em ambientes inflacionários, este conceito perde completamente sua validade, haja vista que, neste caso, o capital do proprietário perde substância na exata medida da desvalorização do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, ao distribuir-se o lucro, estar-se-ia distribuindo, na prática, uma parcela do capital da empresa.

II.3.2.2 Conceito de Manutenção do Capital Financeiro em Termos Reais

O ponto-de-vista aqui tomado também é o da Teoria do Proprietário, só que o conceito de manutenção da riqueza refere-se a conservação da capacidade aquisitiva geral do capital inicialmente investido, mais os aportes realizados ao longo do período, tomando-se por base qualquer indicador representativo da capacidade geral de compra da moeda.

Dessa forma, essa mensuração dar-se-ia em termos de bens e serviços da economia global. O lucro, neste caso, de acordo com a teoria hickiniana, configuraria, o excedente máximo passível de distribuição, mantida, no final do período, sua condição econômica idêntica a que mantinha no início do período. Em outras palavras, só se deve reconhecer como lucro, o montante

que exceder o capital inicial do proprietário (mais eventual aportes) devidamente corrigidos por um índice geral de preços.

II.3.2.3 Conceito de Manutenção do Capital Físico

A abordagem aqui tomada é o da Teoria da Entidade, que vê a empresa como distinta da figura dos proprietários ou acionistas. A idéia central aqui é de que os dividendos distribuídos aos acionistas, representam mais um custo incorrido pela empresa e o lucro, enquanto não distribuído, pertencem à empresa e não aos acionistas. Consequentemente, a preocupação passa a ser a manutenção do capital em termos de capacidade produtiva do empreendimento, ou seja, o montante de capital a ser mantido deve ser igual ao custo corrente dos ativos líquidos da empresa. Isto representa, em essência, o ajuste do capital monetário inicial, de sorte a refletir as mudanças nos preços específicos dos ativos possuídos pela empresa.

Em verdade, pode-se afirmar que todas as vertentes do conceito de manutenção da riqueza patrimonial tem os seus méritos e aplicabilidade em determinados ambientes econômicos. Não são, ainda que pareçam, conceitos mutuamente excludentes, sendo, ao contrário, complementares entre si. E podem ser usados como base conceitual de modelos contábeis híbridos, que conjuguem todas as

suas vantagens, como no modelo da "Contabilidade a Custo Corrente Corrigido", onde são reconhecidos os efeitos das flutuações específicas e gerais de preços.

Como afirmado anteriormente, diversas pesquisas tem sido realizadas com o fito de desenvolver-se modelos contábeis de ajustes, que permitam corrigir ou pelo menos atenuar os erros das medidas contábeis provocadas pelo não reconhecimento dos efeitos das flutuações de preços. Como consequência, surgiram vários modelos, sendo de destacar o da *Contabilidade a Nível Geral de Preços* e o da *Contabilidade a Custo Corrente Corrigido*. Abordar-se-á aqui, apenas os dois citados, tendo em vista que os demais derivam, em essência, desses dois.

II.4 Contabilidade a Nível Geral de Preços - CNGP

Esta técnica teve sua origem na inflação que seguiu a primeira guerra mundial, particularmente, na França e Alemanha. Mas foi somente na década de 70, como afirma Whittington (1983,p.44), com o acirramento do processo inflacionário em diversas partes do mundo, que este método de ajustamento do custo histórico pelo nível geral de preços ganhou impulso, em termos de aceitação e aplicabilidade.

Nos tempos atuais ele já é utilizado em diversos países, ainda que de forma paralela à contabilidade ortodoxa, variando o interesse em relação direta ao nível inflacionário.

Em síntese, este método consiste na restauração dos custos históricos dos eventos registrados pela contabilidade, de sorte a que os mesmos reflitam as variações ocorridas na capacidade média do poder de compra da moeda.

Um dos pontos fundamentais deste método diz respeito a segregação dos elementos patrimoniais em monetários e não monetários, tendo em vista que as mudanças ao nível geral de preços, não afetam esses elementos da mesma forma. Os itens não monetários precisam ser ajustados, a fim de serem colocados em moeda de data-base, enquanto os monetários, já estão por

definição, na moeda da data-base, não necessitando de ajustes. Entretanto os ganhos ou perdas decorrentes da exposição dos mesmos à inflação, devem ser devidamente reconhecidos.

II.4.1 Definição de Itens Monetários e Não Monetários

O *Accounting Principles Board* (1969, p.8), em seu item 18 define itens monetários da seguinte forma:

"ativos e passivos são chamados monetários, para fins da Contabilidade a Nível Geral de Preços, se seus valores são fixados, por contrato ou de outra maneira, em termos de quantidade de dólares, não considerando mudanças nos preços específicos ou no nível geral de preços".

Iudícibus (1987, p.236), por sua vez, apresenta a seguinte definição:

"ativos monetários são contas cujos valores estão expressos em uma quantidade fixa de unidades monetárias que representem poder aquisitivo geral. ...Passivos monetários referem-se a obrigações de pagar montantes fixos de cruzados em alguma data futura, sem considerar as flutuações do poder aquisitivo médio da moeda".

Os ativos monetários, como disponibilidades e contas a receber, por estar expressos em determinado montante fixo de unidade monetária, tem seu poder aquisitivo modificado, gerando, em consequência, perdas pela sua manutenção. Por outro lado, os passivos monetários, como fornecedores por exemplo, geram ganhos, pela manutenção da dívida em cruzeiros fixos.

A partir das definições acima, poder-se-ia concluir que alguns ativos e passivos protegidos por cláusulas intrínsecas de paridade monetária ou cambial, muito comum numa economia altamente indexada como a do Brasil, não deveriam ser considerados como itens monetários, pois tais valores estariam sujeitos a alterações posteriores. Iudícibus (1987, p.246), considerando o efeito líquido desses itens sobre o resultado,

sugere a classificação dos mesmos como monetários, opinião também corroborada por Martins (1984, p.26).

Note-se, pelo exemplo, que a distinção entre monetário e não monetário situa-se, às vezes, numa área cinzenta, dependendo da definição precisa que se dê a tais itens.

Mencione-se, a propósito, o resultado de um estudo de Whinttington (1983, p.83), desenvolvido nos Estados Unidos, que constatou a possibilidade de se obter alteração significativa do lucro empresarial, a partir da forma, tão liberal quanto possível, de se conceituar os itens monetários.

No que concerne aos itens não monetários, pode-se defini-los como aqueles mantidos em termos de poder de compra da data em que foram adquiridos. Independentemente da variação do poder de compra da moeda, este item não provoca ganhos ou perdas, pela sua manutenção.

II.4.2 A Técnica da CNGP

Este modelo consiste, em essência, na restauração dos custos históricos dos eventos registrados pela contabilidade, em outros (custo histórico corrigido) que reflitam as variações ocorridas na capacidade do poder de compra da moeda. Ou seja, através de ajustes dos custos históricos (incorridos) no passado, em termos de poder aquisitivo de certa data-base, presumivelmente próxima do momento decisório (das demonstrações financeiras), obtem-se valores expressos, coerentemente, no mesmo padrão de poder de compra (unidade monetária homogênea), propiciando uma adequada comparabilidade.

Esses ajustes são efetuados através da utilização de um índice geral de preços, o qual supostamente, reflete as mudanças ocorridas nos preços em geral, de bens e serviços disponíveis no sistema econômico, e, conseqüentemente, nas variações no poder aquisitivo geral ou no valor geral da unidade monetária. O termo poder aquisitivo, conforme define Hendriksen (1982, p.208), refere-se a capacidade de se comprar bens e serviços com uma determinada quantidade de moeda, comparativamente com o quanto se poderia ter adquirido, com a mesma quantidade, em uma data anterior.

Enfatize-se, contudo, que nem todos os elementos patrimoniais são corrigidos, mas somente os ativos e passivos não monetários, circulantes e não circulantes. Já os itens monetários, por representarem, conceitualmente, valores fixos em unidades monetárias, não são ajustados. Todavia, os ganhos e perdas, gerados em função da exposição desses itens aos efeitos inflacionários, devem ser computados no sistema contábil e evidenciados no fluxo de renda. Essa evidenciação explícita, com o imprescindível grau de detalhes, o impacto da inflação sobre o patrimônio e resultado das micro unidades produtivas (empresas).

Ilustrativamente, esse ajustamento poderia ser explicitado através do uso da seguinte notação, a partir do balanço de abertura, que teria a seguinte configuração:

$$AN_t + AM_t = PN_t + PM_t$$

onde AN = ativos não monetários

AM = ativos monetários

PN = passivos não monetários

PM = passivos monetários

t = início de período

Supondo-se a inexistência de transações no período ou de qualquer aporte de capital, o balanço final teria a seguinte conformação, sob a ótica da Teoria do Proprietário, que toma como base o conceito de manutenção do capital financeiro real do proprietário, considerando um nível de inflação geral igual a $p\%$ no período:

$$FN_{t+1} = PN_{t+1}(1+p) = AN_{t+1}(1+p) + AM_{t+1}(1+p) - PM_{t+1}(1+p)$$

OU

$$PN_{t+1} = PN_t(1+p) + R_{t+1}$$

sendo R = resultado líquido de final de período

obtido por $R_{t+1} = AM_{t+1} - PM_{t+1}$

Esta atualização de valores configura um processo mecânico, análogo às transações de conversão de moedas, a uma dada taxa de câmbio.

O resultado no caso ilustrado representa, hipoteticamente, os ganhos ou perdas líquidos sobre os itens monetários, que por definição não se alteram, ainda que a moeda tenha se depreciado. Estes ganhos e perdas monetários ajustam as contas, devidamente estabilizadas, do fluxo de renda.

Enfatize-se, contudo, que o problema não é só o de mensurar e registrar os efeitos da inflação passada, mas envolve também questões relacionadas as antecipações da inflação futura, embutida de forma implícita ou explícita nas operações. Isto é bastante comum em economias com altos níveis inflacionários, onde os agentes econômicos, para se resguardarem contra a corrosão do poder aquisitivo da moeda, embutem no valor de suas vendas a prazo, um delta como compensação pelas perdas monetárias esperadas no futuro.

Dessa forma, os referidos itens monetários representados, normalmente, por contas de clientes e fornecedores, devem ser ajustadas, descontadas e trazidas a valor presente para a data do balanço.

Deve-se enfatizar que, dada a rápida e constante mutação dos ativos e passivos monetários, a apuração dos ganhos e perdas decorrentes, deve ser feita ao tempo em que ocorrer uma transação, o que requer a disponibilidade de indicadores gerais pelo menos diariamente. Essa necessidade torna-se mais premente em ambientes de altas taxas inflacionárias.

II.4.3 Vantagens e Desvantagens do Modelo (CNGP)

Este método tem, inegavelmente, muitas vantagens, sendo de destacar, o fato de atender, razoavelmente bem, os requisitos de utilidade, objetividade e praticidade, que se constituem nas restrições básicas, além de não alterar a essência básica dos princípios fundamentais da Contabilidade. Outra vantagem é que ele aumenta em muito o poder preditivo das demonstrações contábeis, através da avaliação de todos os itens em moeda de poder aquisitivo constante, permitindo a comparabilidade e a evidenciação explícita dos efeitos inflacionários sobre os itens patrimoniais diretamente expostos.

Não obstante, algumas críticas tem sido levantadas contra este modelo. Uma delas é que o ajustamento dos custos históricos por um índice geral de preços constitui-se em método inadequado de avaliação de ativos, na medida em que a variação de preços específicos dos mesmos, pode ter um comportamento diferente da inflação geral. A segunda linha de crítica é de que o índice geral de preços não reflete, acuradamente, a mudança no custo de vida de um acionista (individualmente) ou o custo de bens e serviços que a empresa necessitará comprar, de sorte a manter seus ativos intactos (manutenção física do capital).

A primeira linha de crítica, de que a CNGP não conduz a manutenção do capital físico da empresa, provém da Teoria da Entidade, que não aceita o conceito estrito de manutenção financeira do capital do proprietário. MILLER (1980, p.115), pronunciando-se sobre o assunto, afirma que *"o relato dos efeitos das mudanças de preços (macrofenômeno) sobre as micro-unidades (empresas), através de indicadores gerais de preços, só teriam significado econômico por acidente."*

Deve-se mencionar, contudo, que o objetivo da CNGP não é o de retratar ou produzir valores correntes de mercado de ativos e passivos, mas o de refletir os efeitos da inflação. Ademais disso, esta crítica não invalida a filosofia conceitual deste método, considerando que o mesmo pode ser aplicado também com base em valores correntes, como será visto mais adiante.

A segunda crítica conduz a argumentos de ordem pragmática, pois sabe-se que é impraticável e oneroso a obtenção de um índice verdadeiro que meça diretamente os efeitos das mudanças de preços sobre a riqueza individual. Dessa forma, um grau de aproximação é inevitável, sobretudo na Contabilidade, que é direcionada para uso geral de uma ampla gama de indivíduos (usuários).

II.5 CONTABILIDADE A CUSTO CORRENTE CORRIGIDO - CCCC

Este método, que tem como principais apologistas os autores Edwards e Bell, configura uma combinação dos modelos *Contabilidade a Nível Geral de Preços* e *Contabilidade a Custo Corrente (Puro)*, ou seja, toma como base para ajuste dos ativos não monetários, índices representativos da modificação no nível de preços específicos (preços relativos) desses ativos, verificado num determinado período, confrontando-os com os seus valores corrigidos pela inflação média do período.

Conforme argumentam EDWARDS e BELL (1961, p.17)

"... as decisões dos negócios são baseadas grandemente nas expectativas dos movimentos individuais de preços e os relacionamentos entre estes preços individuais. A avaliação de decisões passadas exige dados comparáveis. O problema contábil torna-se em registrar e referenciar estas mudanças particulares de preços ao ocorrerem. Sem estes dados, a avaliação das decisões dos negócios podem tornar-se em procedimentos muito relativos."

A proposta central deste método baseia-se no pensamento de que a posse de ativos não monetários, pode proporcionar ganhos ou perdas, na medida em que os preços dos mesmos podem variar mais ou menos que a variação geral ou média da economia. Dessa forma, deve-se proceder a retificação no balanço, dos valores dos ativos não monetários, com base em seus preços específicos atuais.

Este modelo híbrido propicia uma maior aproximação entre os conceitos econômico e contábil do lucro, pois incorpora o conceito econômico de ganhos ou perdas não realizados (valor adicionado aos fatores de produção acumulados ao longo do processo produtivo e de distribuição), segregando a parte propriamente operacional do lucro, da parcela especulativa ou de manutenção dos ativos não monetários, derivados do acréscimo (ou decréscimo) nos preços desses itens. Ou seja, há um tratamento detalhado no resultado, dos ganhos ou perdas não realizados e que representam, basicamente, a diferença entre o valor de reposição e o valor histórico dos ativos, corrigidos por um índice representativo da inflação geral da economia.

O detalhamento desses itens, aumenta substancialmente a potencialidade de análise das peças contábeis, principalmente por parte da administração das empresas, pois incorpora os importantes conceitos de manutenção física e financeira do capital investido no empreendimento, que se constitui em subsídio

relevante ao sistema de planejamento e controle empresarial e à formulação de uma política de distribuição de lucros.

Como visto anteriormente, a definição do lucro contábil está totalmente atrelada a escolha de uma das vertentes do conceito de manutenção do capital (perspectivas financeira e econômica) e, em consequência, também o modelo de ajuste.

No presente modelo, conseguiu-se agregar as vantagens de ambos os conceitos, o que veio a demonstrar que os mesmos não são excludentes entre si, pois nem os sócios (Teoria do Proprietário) podem ignorar sua vinculação a uma atividade produtiva concreta (conceito de manutenção física do capital) como na Teoria do Proprietário), nem a empresa, como entidade funcional, tem porque ver-se presa a determinados bens e serviços (conceito de manutenção monetária do capital).

Dessa forma, em que pese a sua estrutura estar concebida sob a ótica financeira da manutenção da riqueza (capacidade aquisitiva geral), também contempla a vertente econômica (capacidade aquisitiva específica).

O valor corrente configura-se, sem dúvida, numa informação relevante, pois representa o valor de oportunidade que estão disponíveis, seja custo de reposição, valor realizável líquido ou valor presente descontado de futuros fluxos de caixa.

É neste ponto de escolha das bases de avaliação, que surgem as principais críticas ao modelo, centradas, usualmente no alto grau de subjetividade envolvido.

II.5.1 Bases de Avaliação

A escolha da base de avaliação corrente é muito complexa, pois dentro de cada um dos três tipos básicos de avaliação a valores correntes, existe um número de variações possíveis. Pode-se ainda, em função das características do item avaliado, optar-se pela utilização de várias bases de avaliação. Neste caso, elimina-se um problema (adequacidade da base de avaliação), mas introduz-se um outro, de complexidade no entendimento e comparabilidade dos relatórios pelos usuários (externos). Estes problemas, entretanto, para fins gerenciais, são perfeitamente contornáveis.

As principais bases de avaliação são as seguintes:

Custo de Reposição

Esta tem sido a base de avaliação preferida pela maioria dos pesquisadores (em seus trabalhos acadêmicos de proposta de ajuste contábil dos efeitos das flutuações específicas de preços) e por órgãos oficiais e de classes (contábil), tendo sido

considerada a mais favorável também na prática. O custo de reposição representa o custo de aquisição de um ativo (valor de entrada) e não o valor atribuído estimativamente a um ativo já possuído.

Existe uma variedade de conceito de reposição, podendo-se optar pela reposição do objeto físico (reprodução) ou pela reposição do serviço físico (capacidade produtiva). Ambas as abordagens escapam das dificuldades fundamentais, envolvidas na imputação de valor econômico para serviços. A crítica a esta base é de que ela não fornece uma indicação do valor provável de realização futura do bem.

.Valor Realizável Líquido

Esta base representa o montante em dinheiro pelo qual um ativo poderia ser negociado (preço de venda menos o custo de venda). Configura uma medida que contraria frontalmente o Postulado da Continuidade do Empreendimento, distorcendo completamente o resultado, ao não refletir a parcela de custo do ativo usado durante o período.

.Valor Presente

Constitui-se no valor econômico ou valor presente (descontado de futuros fluxos de caixa) que um ativo pode fornecer. Esta base necessita de duas informações essenciais, que é o montante do fluxo de caixa futuro e a taxa adequada de desconto. Esta base fornece informações potencialmente úteis para propósitos de decisões e avaliações. Não obstante, dado o cenário real de uma economia em desequilíbrio, com mercados incompletos e imperfeitos, é uma medida de difícil obtenção, sendo altamente subjetiva.

Cada uma das três bases de avaliação vistas acima, tem seus méritos e desvantagens, em vista da variedade de usos das informações contábeis e das variadas circunstâncias que podem prevalecer. Um possível meio de contornar essas dificuldades é selecionar qualquer das avaliações alternativas que for mais relevante para as circunstâncias. A escolha dessas bases também depende do conceito de manutenção do capital tomado pela abordagem da Teoria da Entidade: a manutenção em termos físicos ou de capacidade de produção. Tem havido certo consenso de que a primeira gera alguma distorção em casos onde haja progresso tecnológico.

Na determinação do custo corrente de um ativo ou grupo de ativos não monetários examinados, normalmente, de forma isolada, são utilizadas quatro formas possíveis de obtenção de preços específicos, segundo Szuster (1980, p.12):

- a. pesquisa de mercado;*
- b. pesquisa nos registros internos da empresa;*
- c. avaliação técnica por peritos; e*
- d. adoção de índice específico."*

Ressalte-se que existem dois tipos de custo corrente, o de data, quando se avalia os elementos de um balanço, em um momento específico, e o de período, que se refere aos fluxos de despesas derivados da expiração ou da utilização de ativos avaliados a preços correntes.

II.5.2 A Técnica básica da CCCC

Por este processo de ajuste, que envolve as variações gerais e específicas de preços, o volume da correção do patrimônio líquido coincidirá com o do método da CNGP, porém divergirá deste no tocante à importância de correção dos ativos não monetários (quando as mutações de preços gerais e específicos não coincidirem) e, em consequência, quanto à correção a ser introduzida no volume nominal do lucro, que constitui a contrapartida do ajuste dos ativos e passivos não monetários.

Dessa forma, a modificação dos preços dos ativos não monetários (decorrente da posse) seria determinada pela taxa de variação dos preços específicos e a incidência líquida no resultado derivaria do confronto entre as variações gerais e específicas de preços.

Em resumo, trata-se de duas posturas implicitamente contidas no enfoque econômico e financeiro do conceito de manutenção da riqueza patrimonial. A primeira, limita-se a retificar o resultado nominal, através da incorporação de ganhos e perdas gerados pela exposição dos itens monetários à inflação e, como custo adicional, de uma determinada medida de defasagem financeira de reprodução dos fluxos de fatores consumidos no encerramento do período, por causa das alterações específicas de

preços. A segunda acrescentaria, ainda, os ganhos ou perdas não realizados, decorrentes da posse de ativos não monetários, que se valorizam/desvalorizam em termos de preço de reposição (aquisição ou reprodução), comparativamente aos valores desses ativos devidamente corrigidos por indicadores gerais de preços.

Assim, o lucro decorrente desses ajustes, poderia ser explicitado através da seguinte notação:

$$L = GPIM \pm EDC \pm GPC$$

onde $L = \text{lucro}$

$GPIM = \text{ganhos ou perdas em itens monetários}$

obtido por $GPIM = AM_1 \cdot igp$

sendo $AM_1 = \text{ativos monetários líquidos}$

$igp = \text{índice geral de preços}$

$EDC = \text{economia ou deseconomia de custos}$

obtido por $EDC = (\text{estoque} \cdot ie) - (\text{estoque} \cdot igp)$

sendo $ie = \text{índice de preços específicos}$

$GPC = \text{ganhos ou perdas de capital}$

obtido por $GPC = (AP \cdot ie) - (AP \cdot igp)$

sendo $AP = \text{ativo permanente}$

II.5.3 Vantagens e Desvantagens

As informações contábeis apresentadas por este método enriquecem, sobremaneira, o processo de análise, pois incorpora novos conceitos de resultado, imprescindíveis a um adequado processo de análise, principalmente para fins gerenciais, ou seja, a utilização dessas informações nos processos decisoriais das empresas. Este método propicia, indubitavelmente, uma maior capacidade de análise empresarial.

As críticas centram-se, normalmente, no fato desse método alterar dois princípios básicos da Contabilidade (Realização da Receita e Custo Histórico como Base de Valor), e no subjetivismo às vezes envolvido na avaliação dos ativos não monetários.

Um outro ponto forte de ataque relaciona-se a sua concepção de renovação exata ou estacionária das atividades desempenhadas. Os críticos argumentam que, em contexto de economias evolutivas, onde a diversificação e a inovação constituem itens destacados da estratégia da empresa e do ambiente em que atua, a reprodução idêntica de atividades não pode

refletir-se de outro modo, que não, como linha de aproximação ao problema, ou como substituto mais ou menos cômodo, para avaliar a defasagem monetária exigida pela manutenção do capital em termos reais.

Essas críticas, no entanto, não invalidam o modelo (ao contrário, ajudam ao seu aperfeiçoamento), não devendo, dessa forma, obstaculizar o seu uso, sobretudo no plano interno da empresa (uso gerencial), dado as vantagens mencionadas anteriormente. Apenas a título ilustrativo, pode-se mencionar uma pesquisa citada por Kam (1982, p.338), realizada pelo FASB, comparando os resultados de 846 empresas norteamericanas, apurados pelo método do custo histórico e pelo método do custo corrente. Constatou-se na demonstração convencional que os ativos líquidos aumentaram 6,6%, depois do pagamento dos dividendos. No entanto, com base no custo corrente, os dividendos excederam o lucro, resultando numa taxa de desinvestimento de 2,4%. Concluiu-se que alguns setores (da pesquisa) estariam caminhando, inconscientemente, para uma liquidação gradual.

II.6 TRATAMENTO CONTABIL DA INFLAÇÃO NO BRASIL

A economia brasileira vem sendo marcada nas últimas décadas por persistentes elevações nos níveis gerais de preços. Essa escalada inflacionária, que já na década de 50 ascendeu ao patamar de dois dígitos anuais, atingiu em 1980 os três dígitos (110%), culminando por alcançar em 1989 e 1990, elevadas taxas de 1.764,8% e 1.794,8% respectivamente.

A convivência com esse processo inflacionário crônico, tem exigido da Contabilidade, enquanto sistema de informações, uma busca incessante de mecanismos adequados de ajustes das informações contábeis geradas, de forma a corrigir ou pelo menos reduzir as distorções ou erros informativos, provocados pelo aludido fenômeno.

Em razão disso, diversas sistemáticas de ajustes dos efeitos inflacionários foram desenvolvidas. Entretanto, foi somente em 1976, com a regulamentação do mercado de capitais no Brasil, através da Lei 6404/76 (lei societária), é que foi desenvolvido um mecanismo de ajuste, razoavelmente consistente, de correção monetária. Este modelo tem por base, ainda que parcialmente, o modelo da *Contabilidade a Nível Geral de Preços - CNGP*. Posteriormente, evoluiu-se para um modelo de ajuste pleno

mais avançado, denominado Correção Integral, baseado essencialmente no modelo da CNGP e que trouxe, inegavelmente, melhorias qualitativas das informações geradas.

II.6.1 Método Previsto na Lei 6404/76 (7738/89)

Em que pese algumas imperfeições e simplificações exageradas na metodologia implementada pela Lei 6404/76, trouxe este método, inegável progresso técnico ao cálculo dos efeitos inflacionários até então praticados no Brasil, constituindo-se, de forma indireta, num excelente teste preparatório para a adoção de metodologias mais avançadas e completas.

Trata-se em verdade, de uma simplificação do método da Contabilidade a Nível Geral de Preços, com a adoção de alguns pressupostos simplistas, como a consideração de itens não monetários, principalmente os de curto prazo, como monetários, e a de que os fluxos de resultados seriam formados na data do balanço final do exercício.

A Lei 6404/76 não previu a correção monetária dos ativos e passivos não monetários localizados fora do ativo permanente e do patrimônio líquido por razões, segundo SIMONSEN (1988, p.1), de que a taxa de inflação à época (40% aa), essas correções pouco influenciariam o resultado, e até porque, a curto prazo, os valores de mercado desses ativos e obrigações poderiam desviar-se, consideravelmente daqueles que resultariam de uma inflação homogênea.

II.6.1.1 Metodologia de Ajuste

A sistemática de ajuste contábil dos efeitos da modificação no poder de compra da moeda, prevista no artigo 185 da Lei 6404/76 era relativamente simples. Esquemáticamente, corrige-se os elementos do ativo permanente e do patrimônio líquido, com base em um índice de desvalorização da moeda nacional, reconhecida pelas autoridades monetárias, mediante acréscimo a seus saldos e as contrapartidas de tais acréscimos, no fluxo de renda, como item não operacional.

A diferença entre essas atualizações do ativo permanente e do patrimônio líquido (saldo devedor ou credor da correção monetária), representa, em essência, a atualização do capital de giro próprio (itens monetários líquidos), seja positivo ou negativo, e a atualização dos estoques iniciais.

E essa conclusão é corroborada por MARTINS (1982, p.28), que afirma:

"... a conta de correção monetária representa a soma algébrica de: parcela fictícia do lucro bruto, pelo fato de se baixar, contra vendas o valor histórico dos estoques; parcela fictícia das receitas financeiras; parcela perdida nas disponibilidades e nos valores a receber; ganho nos passivos sem juros; parcelas das despesas financeiras contabilizadas a maior quando se registram os encargos financeiros (variações monetárias e despesas financeiras propriamente dita) representadas pelos ganhos nos empréstimos."

II.6.1.2 Indicadores Oficiais de Correção Monetária

Como a lei societária não definiu o índice representativo da desvalorização da moeda que deveria ser utilizado, o fisco, através do DL 1598/77, estabeleceu a extinta Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN. Como se tratava de título federal, um instrumento de política monetária do governo, e não um indicador dos níveis inflacionários, este índice causou sérias distorções nas demonstrações contábeis, pois não refletia a variação efetiva de preços. Só a título de exemplo, mencione-se que em 1980, o índice de correção monetária situou-se em 51%, enquanto a inflação real, medida pelo índice geral de preços, ficou em 110%.

Posteriormente, a ORTN foi substituída pela OTN, BTN (Bônus do Tesouro Nacional) e, por último, a BTN fiscal, este um indicador apurado diariamente. A necessidade do uso de indicadores diários, comentado anteriormente, é de suma importância em ambientes com taxas inflacionárias crescentes, nos quais exige-se leitura mais rápida da inflação.

Contudo, mesmo com a utilização de índices diários, o *gap* entre este indicador e o índice geral de preços permaneceu bastante elevado. A título ilustrativo, mencione-se que entre agosto de 1976 e agosto de 1990, a defasagem situou-se em 309%.

Mencione-se ainda, que no processo de combate à inflação levada à cabo pelo governo federal, através de sucessivos e mal sucedidos planos de estabilização econômica, têm-se tratado, sistematicamente e de forma equivocada, de extinguir os mecanismos de indexação contábil, ou de pelo menos lhe reduzir os efeitos (através de manipulações de índices). No Plano Cruzado a revogação se deu apenas a nível fiscal (DL1598/77), que de certa forma regulamentava o artigo 185 da Lei 6404/76. Entretanto, posteriormente, cometeu-se o mesmo equívoco, revogando-se, através da Lei 7730/89 o artigo retromencionado. Logo a seguir, através da Lei 7738/89 o citado artigo 185 foi reestabelecido.

A resultante disto, de qualquer sorte, é a completa distorção dos valores contábeis apresentados nas demonstrações contábeis, que acabam não refletindo o desempenho real das empresas.

Ressalte-se, entretanto, que em 28/06/91, foi editada a Lei 8200, dispondo sobre a correção monetária das demonstrações financeiras, tanto para efeitos fiscais, como para fins societários. Mencionado diploma legal estabelece o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) como parâmetro de correção dos demonstrativos contábeis, a partir de fevereiro/91. A referida lei dispõe ainda sobre a correção especial das contas do

Ativo Permanente, relativa a períodos anteriores à 1991, com base em índice que represente, a nível nacional, a variação geral de preços. Esta é, sem dúvida, a oportunidade de as empresas ajustarem seus balanços de anos anteriores, para que eles explicitem efetivamente a situação real das empresas.

II.6.1.3 Considerações Gerais

Não obstante os méritos (relativos) desta metodologia, a sua excessiva simplificação, tratando de forma globalizada diversos elementos heterogêneos, traz em seu bojo, grandes prejuízos para efeito de análise, pois não evidencia explicitamente, os efeitos inflacionários sobre cada item monetário.

As suas imperfeições podem ser sintetizadas nos seguintes pontos:

- a. as contas de receitas e despesas não são corrigidas durante o período de sua formação, refletindo o somatório de valores com diferentes padrões monetários. É como somar-se cruzeiros com dólares;

- b. em vista da falha anterior, a conta que registra os efeitos da inflação no resultado do exercício, não reflete a perda ou ganho de poder aquisitivo dos elementos monetários computados no período corrente;
- c. os índices utilizados até 1990 (ORTN, OTN, BTN, BTNf), não refletiram (cumulativamente) a efetiva variação no poder aquisitivo da moeda nacional. A partir de fevereiro/91, com a utilização do INPC (Lei 8200/91) e com a correção especial procedida nos exercícios anteriores à 91, a distorção apontada deverá ser sanada;
- d. os estoques, apesar de representar, conceitualmente, itens não monetários, não são corrigidos;
- e. os valores publicados relativos ao exercício imediatamente anterior, são apresentados pelos seus valores históricos, dificultando a análise comparativa;
- f. como a lei não definiu claramente a classificação da conta de correção monetária na demonstração de resultados, observa-se tratamentos diferenciados deste item, com algumas empresas classificando tal resultado como elemento não operacional, não obstante tratar-se de ganhos ou perdas gerados pela manutenção

de itens monetários expostos à inflação.

Essas imperfeições tem conduzido a que grande parte dos usuários confunda ou não entenda o verdadeiro significado da metodologia. Tem se revelado também de pouca utilidade para fins gerenciais, porque não permite uma análise minuciosa do porque da efetiva composição do resultado.

A este respeito MARTINS (1984 , p.152) conclui que o excesso de simplificação desta sistemática de ajuste

"... tem um alto custo em termos de qualidade de informação pois não fornece os detalhes acima enumerados e, por isso mesmo, não consegue representar sua verdadeira natureza, criando, com isso, confusões sobre seu real significado, provocando, não raro, até incredulidade quanto a sua utilidade em termos gerenciais."

II.6.2 Método da Correção Integral

Trata-se, a exemplo do método comentado no subitem anterior, de uma metodologia baseada plenamente no modelo da *Contabilidade a Nível Geral de Preços (General Price Level Accounting)*. Representa uma evolução natural e uma tentativa de correção das imperfeições contidas no método legal, adotando um enfoque mais rigoroso que aquele, principalmente no que concerne a forma de apresentação da informação contábil. Propicia, sem dúvida, uma capacidade de análise bem mais rica.

A Instrução CVM64/87 introduziu a obrigatoriedade para as companhias abertas, de apresentação de demonstrações financeiras ajustadas ao nível geral de preços, o que convencionou-se chamar de Correção Integral, paralelamente às demonstrações exigidas pela legislação societária.

Em síntese, a citada instrução, menciona que todos os elementos das demonstrações financeiras, deveriam ser expressos em moeda de capacidade aquisitiva constante, na data do balanço mais recente, e os itens monetários deveriam ser distinguidos dos itens não monetários, tendo em vista que os ganhos e perdas no poder geral de compra ocorrem apenas em relação ao primeiro. Os

referidos ganhos e perdas gerados pelos itens monetários, devem ser declarados segregadamente no fluxo de renda. As demonstrações de períodos anteriores devem ser atualizadas em moeda de fim do período subsequente.

Deve-se enfatizar, entretanto, que a metodologia introduzida pela Instrução CVM64/87, não obstante sua base conceitual estar calcada no modelo da *Contabilidade a Nível Geral de Preços*, apresentava algumas distorções, abaixo elencadas:

- a. *manutenção de parâmetros de correção, que não refletem a variação efetiva do poder de compra da moeda nacional;*
- b. *correção de itens não monetários, localizados fora do grupo Ativo Permanente, restrita aos elementos com formação anterior a 90 dias da data do balanço; e*
- c. *somente os itens monetários prefixados, formados a mais de 90 dias da data do balanço, eram trazidos a valor presente, e ainda assim, com a utilização de um fator de desconto baseado na média aritmética da BTN dos últimos três meses da data do balanço.*

No que toca às distorções causadas pela utilização de indicadores baseados na variação de cotação de títulos federais(BTN), como padrão de ajustamento, é importante

menção que tal índice não vinha espelhando nos últimos anos as variações efetivas do poder aquisitivo da moeda nacional, conforme já comentado no subitem anterior. Acrescente-se apenas que caso fosse utilizado um outro indicador, como o índice geral de preços (igp), índice de preços por atacado (ipa), o índice do custo de vida (icv) ou o índice nacional da construção civil (incc), não haveria defasagem significativa, pois estes indicadores, a longo prazo, tendem a convergir para uma mesma taxa, como prova o estudo desenvolvido pelo professor SENA (1989, P.9), que computou as seguintes médias no período de 1951 a 1981: IGP 38,4%, IPA 38,3%, ICV 38,5% e o INCC 38,3%.

Com a introdução do Plano Collor II, em fevereiro/91, procedeu-se a desindexação geral da economia, extinguindo-se o BTN (através da Lei 8177), cujo índice de variação servia de base para a correção dos demonstrativos financeiros das empresas.

Entretanto, o que parecia configurar-se em mais um problema para a Contabilidade (falta de indexador), transforma-se, na verdade, no ponto de partida para a solução da questão crônica, de utilização de indexadores que nunca refletiram efetivamente a queda no poder de compra médio da moeda nacional.

Com efeito, em 03.04.91 foi encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, um projeto de lei, convertido em 28.06.91 na Lei 8200, adotando o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) como índice oficial para corrigir as demonstrações financeiras das empresas.

Mencione-se a propósito que o Instituto Brasileiro de Contadores (Ibracon), em sua "Interpretação Técnica 2/91" já orientava os seus associados para o uso, mesmo que provisório, do INPC como fator de correção monetária das demonstrações contábeis posteriores a 31.01.91.

E em 13 de junho de 1991, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) editou a Instrução 146, estabelecendo, entre outras medidas, o INPC como padrão monetário para elaboração de demonstrações contábeis complementares, em moeda de capacidade aquisitiva constante, a partir de fevereiro/91.

A aludida instrução(146/91), em complementação a instrução 138/91, veio também corrigir as distorções mencionadas no item c, revogando o parágrafo primeiro do artigo terceiro da Instrução 64/87. Neste caso, os itens monetários ativos e passivos (créditos e obrigações) passam a sofrer ajustes a valor presente, com base nas taxas reais das transações ou da variação

do INPC no mês de encerramento do período, dentro do critério pro-rata dia, com evidenciação em notas explicativas da alternativa adotada.

Infelizmente, a imperfeição mencionada anteriormente, de correção dos itens não monetários de curto prazo ainda permanece, o que ainda causa alguma distorção nas informações produzidas. Vale ressaltar que o Ibracon vem sugerindo a atualização monetária dos estoques, independentemente do prazo de sua formação. O critério dessa correção deve ser o mesmo utilizado para o ativo permanente.

CAPÍTULO III

METODOLOGIA DA PESQUISA

III.1 NATUREZA DA PESQUISA

Podemos classificar esta pesquisa na categoria genérica daquelas que visam a modificação do nível de conhecimento da realidade, ou seja, uma pesquisa de característica não normativa, que procura documentar e de certo modo explicar a prática existente.

É, de acordo com a classificação de KERLINGER (1973, p.141), uma pesquisa do tipo "estudo de campo de natureza exploratória", pois objetiva descrever o comportamento de fenômenos, sem atingir ainda o nível de explicação nem o de predição, normalmente encontrados nas pesquisas puras ou teóricas, nem do diagnóstico e/ou solução adequada dos problemas, deparados nas pesquisas aplicadas. Configura-se a rigor, numa investigação descrita, isto é, um estudo que procura delinear o

que é, abordado também os aspectos de descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais, objetivando o seu funcionamento no presente, buscando ainda, perquirir indícios ou informações sugestivas, conforme bem coloca o prof. BENTO (1962, P.08), para trabalhos futuros.

III.2 MODELO DA PESQUISA

Conforme já mencionado, trata-se de um estudo exploratório que consiste de uma verificação empírica da utilização efetiva, no plano interno da empresa (gerencialmente), de informações tratadas por mecanismos que consideram os efeitos das variações no poder aquisitivo da moeda (inflação) e flutuações específicas de preços sobre os resultados e patrimônio empresariais, nos controles internos das empresas e, conseqüentemente, em seus processos de tomada de decisão, avaliação de desempenhos e fixação de tendências para o empreendimento.

Selecionada a amostra das empresas representantes do universo que se pretendeu estudar, foi iniciado o processo de busca, que teve como instrumentos básicos, as entrevistas desenvolvidas no âmbito de cada empresa da amostra, os relatórios gerenciais e o conjunto de demonstrações financeiras publicadas, referentes aos exercícios de 1989 e 1990.

O presente modelo de pesquisa foi planejado, basicamente, para fornecer, como produto final, respostas para as dúvidas a respeito da utilização efetiva das informações tratadas pelo método da correção integral, previsto na Instrução 64/87 (atual 146/91) ou eventualmente baseadas em outros modelos mais avançados, no plano interno (gerencial) da empresa, em seus processos decisórios.

Assim, a partir da apresentação de elementos mais amplos, permitiu-se a possibilidade de aceitar ou negar as premissas enunciadas, a partir da interpretação dos resultados e das conclusões extraídas dos dados de pesquisa.

Por fim, são propostas algumas contribuições aos pesquisadores da área contábil e aos empresários e administradores.

III.3 SISTEMÁTICA DE OPERACIONALIZAÇÃO DO MODELO DE PESQUISA

Em vista dos objetivos propostos, a operacionalização desta pesquisa foi desenvolvida em duas etapas. A primeira fase, constituiu-se na atividade de apurar se as empresas utilizavam-se gerencialmente ou não das informações contábeis tratadas pela sistemática de correção integral ou outro modelo, em suas tomadas de decisões. Para apurar os dados necessários para análise, foi elaborado um formulário-roteiro de entrevista, para ser utilizado na entrevista pessoal, realizada em cada empresa.

Basicamente, o trabalho constuiu-se em perguntar aos entrevistados, se suas empresas utilizavam-se de informações na forma acima qualificada, em seus relatórios gerenciais, para fins de tomada de decisões. Nas respostas afirmativas, procurou-se observar "in loco" a forma como foi implantado o modelo e o seu funcionamento no processo decisório. Nos casos negativos, procurou-se saber o porquê da não utilização.

Na segunda e última fase deste estudo, foi efetuada uma análise global de todos os dados levantados na fase anterior.

III.4 VARIÁVEIS DA PESQUISA

Foram identificadas como variáveis da pesquisa:

- a. Sistema de Relatórios Gerenciais
- b. Forma de utilização das informações contábeis
- c. Motivos determinantes da utilização/não utilização das informações contábeis.

III.4.1 DEFINIÇÕES CONCEITUAIS E OPERACIONAIS

- a. Sistema de Relatórios Gerenciais: compreende o conjunto de relatórios ou a eles referentes, gerados internamente, com base em informações contábeis (registrados no sistema contábil oficial da empresa ou sistemas extracontábeis, composto de dados utilizados apenas para efeito de relatórios). Objetivou-se analisar e identificar a existência de mecanismos de ajustes contábeis de reconhecimentos dos efeitos das mudanças do poder aquisitivo da moeda e de flutuações específicas de preços.

b. Forma de utilização das informações contábeis:

A partir da identificação nos relatórios internos, da utilização de mecanismos que possibilitem o reconhecimento dos efeitos inflacionários sobre os patrimônios e resultados empresariais, tentou-se identificar de que forma e em que extensão, essas informações eram utilizadas no processo de tomada de decisão gerencial.

c. Motivos determinantes da utilização/não

utilização das informações: Objetivou-se identificar os motivos que conduzem os administradores a utilizarem ou não das informações contábeis tratadas pelo método de Correção Integral preconizado pela Instrução CVM-64/87 (atual 146/91) ou outro modelo mais avançado, como o Custo Corrente Corrigido.

III.5 CRITÉRIO DE SELEÇÃO DA AMOSTRA

Para efeito desta pesquisa, a população estudada pode ser caracterizada como o conjunto de empresas de grande porte (faturamento acima de US\$92milhões) que fazem parte da relação das 500 maiores empresas privadas e das 50 maiores empresas estatais em 1989, constantes da Revista "Exame" - edição especial "Melhores e Maiores".

Contudo, a pesquisa não abrangeu todo este universo, mas sim uma parcela representativa dele, tendo em vista um número mais reduzido de empresas, permite um maior aprofundamento da pesquisa.

Desta forma, optou-se pela escolha de 12(doze) empresas abertas, com ações negociadas em bolsa, representativas dos seguintes setores da economia:

- Químico e Petroquímico
- Papel e Celulose
- Siderurgia
- Bebidas e Fumo
- Mineração
- Serviços Públicos.

É importante mencionar que o fato de não se ter utilizado de processo estatístico na seleção da amostra, não distorce, nem tampouco invalida as observações e conclusões deste estudo, tendo em vista o seu caráter eminentemente descritivo, conforme bem explicitado nos itens 3.1 e 3.2 deste capítulo.

III.6 ESTRATÉGIA DE COLETA DE DADOS

Considerando que este estudo, de natureza essencialmente exploratória, objetivou muito mais sugerir perguntas de que encontrar conclusões definitivas, utilizou-se a entrevista como meio básico para obtenção de dados.

Ressalte-se que além das entrevistas, procurou-se, obter informações através do exame de relatórios gerenciais e das demonstrações financeiras publicadas, referentes ao exercício findo em 1990, de sorte a possibilitar uma análise mais aprofundada do assunto pesquisado.

Com o fito de sistematizar-se as respostas na fase de entrevistas, assim como possibilitar uma antevisão, por parte dos entrevistados, dos assuntos a serem abordados, foi elaborado um formulário-roteiro, com o objetivo de prestar auxílio na ocasião

da entrevista realizada em cada empresa. As perguntas nele contidas procurou focalizar os diversos pontos relacionados com os objetivos e hipóteses desta pesquisa, tendo sido estruturadas de forma aberta, fechada e mista.

A entrevista foi conduzida, tendo em vista dois objetivos básicos:

- Verificação do nível de utilização, no âmbito gerencial, das informações tratadas pela sistemática de correção integral preconizada pela Instrução 64/87 (atual 146/91), ou através de outros modelos que reconheçam os efeitos da variação do poder de compra da moeda e de flutuações específicas de preços sobre o patrimônio e resultados empresariais;
- Ouvir as críticas, sugestões e elogios dos entrevistados acerca da validade, para fins gerenciais, da sistemática da correção integral e de outros mecanismos de ajustes contábeis dos efeitos das flutuações de preços.

III.7 ANÁLISE DOS DADOS

Uma vez reunidos e manipulados os dados, o passo seguinte foi, a análise e interpretação dos mesmos.

Considerando o método de pesquisa utilizado, e, ainda, a natureza exploratória desse estudo, o esquema analítico conjugou o processo de descrição de cada caso pesquisado (aspectos qualitativos) e análise e interpretação dos dados quantitativos tabulados.

III.8 LIMITAÇÕES DESTA PESQUISA

A pesquisa restringiu-se, por limitação de ordem temporal e financeira, a um número reduzido de empresas, sediadas, em sua maioria, no Rio de Janeiro.

Os resultados desta pesquisa deverão ser interpretados com cautela, haja vista que a amostra inclui empresas de grande porte, mas de segmentos econômicos variados e de capital público e privado.

Finalmente, como já comentado no item III.1, como essa pesquisa é de natureza essencialmente descritiva, suas conclusões deverão estar muito mais voltadas para o aspecto de indagação (informação sugestiva), que para o de afirmação (informação preditiva).

CAPITULO IV

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

IV.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Neste capítulo são apresentados os dados coletados na pesquisa, devidamente tabulados, bem como a análise dos mesmos, efetuada à luz da Teoria Contábil. Neste sentido, dividiu-se este capítulo em duas seções, consistindo a primeira e principal na apresentação e análise qualitativa das respostas obtidas através da aplicação dos questionários de pesquisa.

Vale aqui mencionar, que no estabelecimento da sistemática de operacionalização da pesquisa, a opção era por obter as informações das empresas, acerca do uso gerencial das informações

contábeis tratadas pela sistemática da Correção Integral ou outro modelo mais avançado, através da aplicação de entrevistas pessoais, com base no formulário-roteiro de entrevista elaborado para tal fim.

As vantagens de utilização do aludido instrumento de coleta de dados, *vis-à-vis* os objetivos e natureza deste estudo, que busca muito mais sugerir perguntas do que encontrar conclusões definitivas, são inúmeras.

Entretanto, dada as dificuldades interpostas pela maioria das empresas selecionadas para aplicação de entrevistas pessoais, optou-se pelo envio de questionários, no total de 12(doze), estruturados com perguntas abertas, fechadas e mistas.

Na segunda seção, de caráter eminentemente ilustrativo, foram incluídas informações quantitativas acerca de indicadores econômico-financeiros das empresas pesquisadas, relativos ao exercício findo em 1990, obtidos com base nas demonstrações elaborados em consonância com a lei societária (LS) e pela metodologia da Correção Integral (CI). Estes dados são apresentados de forma comparativa, servindo de suporte a algumas das conclusões apresentadas neste relatório de pesquisa.

IV.2 ANALISE EXPLORATORIA DOS DADOS

IV.2.1 Caracterização da Amostra

Conforme já comentado, este estudo configura-se, a rigor, numa investigação descritiva, ou seja, constitui-se num estudo de campo de natureza exploratória. O seu objetivo primário foi o de descrever e interpretar o comportamento de fenômenos atuais, isto é, as práticas contábeis voltadas para o uso gerencial de mecanismos de depuração dos efeitos das flutuações específicas e gerais de preços sobre as informações produzidas pelo sistema contábil.

É importante deixar claro que não se pretendeu atingir-se (ainda) o nível de explicação, predição, diagnóstico e/ou soluções adequadas dos problemas deparados nesta pesquisa, mas tão somente deles tomar conhecimento e verificar em que medida os modelos teóricos desenvolvidos na área contábil estão sendo utilizados na prática, no campo gerencial, oferecendo subsídios para trabalhos futuros.

Mencione-se a propósito que dado a natureza desta pesquisa, de caráter eminentemente descritivo, optou-se pela não utilização de processo estatístico na seleção da amostra. Saliente-se que o

universo do qual se extraiu a amostra compõe-se de empresas de grande porte, segmento onde o sistema de Contabilidade Gerencial (campo de interesse desta pesquisa) encontra seu melhor ambiente para desenvolvimento, por existir poucas restrições reais. Ou seja, quanto maior a empresa, em tese, maior é necessidade e melhores são as condições de aplicação de sistemas contábeis gerenciais avançados. Nesses ambientes, as limitações de ordem financeira e cultural tendem a ser reduzidas.

Neste sentido, foram selecionadas 12(doze) empresas abertas, com ações negociadas em bolsas de valores, extraídas de um universo composto de 550 empresas, que fazem parte da relação das 500 maiores empresas privadas e das 50 maiores empresas estatais em 1989, constantes da edição especial da *Revista Exame*, intitulada *Melhores e Maiores*.

Não obstante as dificuldades operacionais colocadas no item anterior, foi possível a obtenção de informações em todas as 12 (doze) empresas, sendo que em 3 (três) delas foi possível a realização de entrevistas pessoais com seus gerentes de controladoria, por indicação de seus respectivos diretores financeiros. As 9 (nove) restantes responderam a pesquisa através dos questionários enviados.

As características das empresas pesquisadas, encontram-se explicitadas no quadro a seguir:

						Em US\$milhões
Posição: 31.12.90						US\$ = Cr\$165,89
-----+-----+-----						
Empresa	Natureza	Setor	Ativo	Patrim.	Rec. Operac.	Lucro Liq.
	Cap. (*)		Total	Líquido	Líquida	do Exerc.
-----+-----+-----						
01	Ipúblico	Imineração	15.606	12.509	1.900	735
02	Ipúblico	Itelecomunic	12.529	1.763	552	252
03	Iprivado	Iquim.petroq.	11.774	1.159	517	74
04	Iprivado	Ipapel/celul.	960	395	575	26
05	Iprivado	Ibebidas/fum.	893	469	850	64
06	Iprivado	Ipapel/celul.	760	650	290	50
07	Iprivado	Ibebidas/fum.	654	254	972	79
08	Iprivado	Isiderurgia	468	291	350	(16)
09	Iprivado	Ipapel/celul.	383	205	130	(5)
10	Iprivado	Iquim.petroq.	348	172	518	49
11	Iprivado	Ipapel/celul.	272	201	173	4
12	Iprivado	Iconstr.pes.	112	77	208	(11)
-----+-----+-----						

(*) controle

Como pode ser observado no quadro retro, trata-se de empresas de grande porte, com ativos que variam de US\$112 milhões a US\$5.606 milhões. Constituem-se em empresas, em sua maioria, altamente capitalizadas e com níveis de faturamento no exercício de 1990, período marcado por sérias turbulências na área econômica, situados numa faixa que varia de US\$208 milhões e US\$1.900 milhões.

Pela magnitude dos números, pode-se perceber o quanto é importante para estas empresas, a manutenção de adequados sistemas de contabilidade, notadamente a gerencial, capazes de propiciar informações precisas e tempestivas, de sorte a fornecer o necessário suporte aos processos decisoriais de seus administradores.

No meio acadêmico, os sistemas contábeis (financeiros e gerenciais) tem sido colocado, frequentemente, como uma das mais importantes fontes de informações das empresas, principalmente as do setor industrial. Estes sistemas são formulados com o objetivo de prover todos os níveis da administração, de informações oportunas e amplamente acuradas, com a finalidade de auxiliá-los nas tomadas de decisões que estejam dentro dos planos e metas das empresas.

Entretanto, as fortes oscilações gerais e específicas de preços, presentes nas economias modernas, tem colocado em cheque a própria validade informacional dos sistemas contábeis.

Neste sentido, diversos modelos teóricos de ajuste dos números contábeis tem sido propostos, como comentado no capítulo II deste trabalho. O conhecimento da forma e extensão que estes modelos estão sendo usados no plano interno da empresa (gerencialmente), foi a razão básica que motivou este estudo, cujos resultados encontram-se no item a seguir.

IV.2.2 Análise Qualitativa

Neste tópico serão apresentadas e comentadas as respostas dos questionários encaminhados às empresas. As perguntas foram formuladas de forma fechada (admitindo-se respostas do tipo sim/não), abertas (dando liberdade ao entrevistado para fazer qualquer tipo de colocação) e de forma mista (apresentando opções de respostas, mas permitindo eventuais explicitações adicionais).

Referidas perguntas foram estruturadas em seis blocos, separados em: Sistema Contábil, Sistema de Contabilidade de Custos, Política de Comercialização, Política de Distribuição de Lucros, Reavaliação de Ativos e Comportamento, Crenças e Valores do Administrador em Relação ao Sistema.

Esta segregação não teve outro motivo, que não o de facilitar a interpretação das respostas e verificação de sua consistência, haja vista o alto grau de interrelacionamento dos tópicos.

a. Sistema Contábil

a.1 Uso do sistema contábil como fonte primária de informações, para efeito de elaboração dos relatórios gerenciais.

Sistemas Utilizados	Frequência
Lei Societária (LS)	03
Correção Integral (CI)	02
LS e CI	06
Outros Sist. Contab.	01
Sist. Não Contab.	00
<hr/>	
Total	12
<hr/>	

Observa-se que todas as empresas pesquisadas utilizam, como base primária para elaboração dos seus relatórios gerenciais o sistema contábil. Fica patente que para essas empresas, o sistema contábil configura-se num importante instrumento de gestão empresarial. Um outro dado importante e não constante do quadro, é o fato de que 2 (duas) empresas, preocupadas com a excessiva manipulação pelo governo da moeda usada como parâmetro, pela metodologia da Correção Integral (ORTN/OTN/BTN), estão

utilizando-se do dólar americano, porém, sem fugir da metodologia de contabilização em moeda constante.

Chama ainda a atenção o fato de 3 (três) empresas utilizarem-se, como ponto de partida para elaboração dos relatórios gerenciais, de informações geradas pelo sistema contábil baseado na legislação societária, um sistema repleto de imperfeições, sobretudo em termos analíticos. E mesmo considerando que as referidas empresas produzem relatórios gerenciais utilizando-se como moeda o dólar, a conversão bruta cruzeiro/dólar médio dos valores extraídos dos demonstrativos pela lei societária (LS), para efeito de elaboração dos relatórios gerenciais, não corrige as distorções, em termos de análise, das informações geradas pelo sistema contábil legal (LS).

Com relação a indicação por uma das empresas de que se utiliza de outro sistema contábil, como fonte de dados para seus relatórios gerenciais, cabe mencionar que se trata de um sistema criado pela própria empresa, denominado Sistema de Gestão Econômica, que adota todos os mecanismos da sistemática da Correção Integral (bastante próxima do modelo *General Price Level Accounting*), agregando, ainda que parcialmente, o conceito de avaliação a preços correntes (do modelo *Contabilidade a Custo Corrente Corrigido - CCCCc*), e também do conceito econômico de custo de oportunidade para remuneração do capital próprio

investido no empreendimento.

a.2 Linguagem utilizada na comunicação das informações monetárias

Moeda	Frequência
-------	------------

cruzeiro	03
dólar	02
cruzeiro e dólar	06
outra moeda	01

total	12
-------	----

Em cenários cronicamente inflacionários, como o vivenciado no Brasil nos últimos anos, aliado ao relativo atraso na liberação de informações pelo serviço de contabilidade das empresas (em relação ao momento de tomada de decisão), tem conduzido as empresas a adotarem como linguagem para comunicação de dados monetários, de moeda forte, comumente o dólar,

acompanhado ou não de sua paridade em cruzeiros.

Outra observação importante diz respeito ao uso de moeda própria por uma das empresas, a qual reflete a evolução do índice geral de preços do mercado (IGPM). O importante aqui a destacar não é apenas o fato da utilização de moeda diferente daquela prevista na legislação, como parâmetro para a Correção Integral, mas, principalmente, o uso de uma moeda que reflete mais adequadamente a inflação média de determinado período. Mencione-se a propósito que a própria variação do dólar americano, não vem refletindo a depreciação (média) da moeda nacional.

a.3 Coincidência de resultados, apurados de acordo com a Lei Societária e Correção Integral.

Opção	Frequência

Sim	09
Não	03

Total	12

Os motivos alegados pela não coincidência dos resultados econômicos pelas duas metodologias, nas 3(três) empresas indicadas no quadro acima, foram: correção de estoques, do custo de produtos vendidos e de adiantamento de clientes, e adoção de procedimentos de ajuste a valor presente dos itens monetários. Ressalte-se, contudo, que em função da introdução da Instrução CVM-138/91 (conversão a valor presente dos itens monetários) abrangida posteriormente pela de nº 146/91, que definiu o INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor - como padrão monetário para efeito de correção integral de balanços, todas as empresas pesquisadas vão apresentar valores de balanço e resultado, pela Correção Integral, diferentes dos valores exibidos nas demonstrações elaboradas em consonância com a Lei Societária.

a.4 Desenvolvimento de sistema especial de contabilização para fins de relatórios internos, paralelamente aos sistemas legalmente exigidos, que incorpore mecanismos de ajustes dos efeitos das variações gerais e específicas de preços, como o modelo da Contabilidade a Custo Corrente Corrigido (CCCC)

Opção	Frequência
<hr/>	
Sim	07
Não	05
<hr/>	
Total	12

As empresas que responderam positivamente adotam modelos parcialmente parecidos ao da metodologia do modelo híbrido denominado Contabilidade a Custo Corrente Corrigido, pois o mecanismo de ajuste utilizado para reconhecimento dos efeitos das flutuações específicas de preços, atingem somente os ativos não monetários circulantes (estoques).

A base de avaliação preferida pelas empresas pesquisadas tem sido a de preços de reposição. Como comentado no capítulo de revisão da literatura, a avaliação de ativos baseada nos custos de reposição dos mesmos (valor de entrada) tem sido eleita pela maioria dos pesquisadores e órgãos oficiais e de classes (contábil), como o mais indicado. Na prática, pelo menos nas empresas analisadas (cerca de 70%), a escolha também tem recaído sobre a referida base, até porque, para o tipo de ativo avaliado naquelas empresas (estoques) as dificuldades de aplicação são mínimas.

Os relatórios gerenciais produzidos com base no sistema comentado acima, tem utilizações múltiplas e variadas, servindo como suporte na tomada de decisão sobre correção de desvios (principalmente de produção), estabelecimento de preços de venda, avaliação de desempenho, análise de margens de contribuição por produto, análise de desempenho por centros de investimentos (unidades de negócios - receita, custo, investimento), entre outros.

Não resta dúvida de que a incorporação de mecanismos de captação e registro das oscilações específicas e geral de preços dos ativos e seus reflexos no resultado empresarial, propicia ao administrador suportes mais adequados aos seus complexos processos decisoriais.

a.5 Principais relatórios gerenciais produzidos com base no sistema contábil

Os principais relatórios identificados foram: Controle de Gastos Administrativos e de Produção, Resultado por Unidade de Negócios, Demonstrativo de Fontes e Usos de Recursos e Administração de Capital de Giro, Relatório Mensal de Controle (Balanço Patrimonial, Fluxo de Renda, Fluxo de Caixa, Análise de Contas a Receber, Investimentos e Aplicações Financeiras), Relatório de Resultados a Valor Presente e de Gastos por Centro de Custos, Relatório Mensal e Trimestral de Informações com Base na Correção Integral, Movimentação de Estoques e de Ativos Fixos e de Novos Investimentos, Análise de Margem de Contribuição, de Rotação e Prazos Médios de Estoques, Análise de Liquidez, entre outros.

a.6 Uso de índices diferenciados do previsto na legislação em vigor, na elaboração dos relatórios explicitados no item anterior

Opção	Frequência
Sim	02
Não	10
Total	12

Como pode-se visualizar, apenas duas empresas utilizam-se de indicadores diferentes daqueles estabelecidos na legislação societária e fiscal e nas instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Uma delas utiliza-se do índice de variação cambial (dólar americano) e a outra de uma moeda própria, com evolução pelo igpm (índice geral de preços do mercado), respeitando-se os conceitos de moeda constante (*General Price Level Accounting*).

Um fato que causou surpresa neste item, foi a informação de que a maioria das empresas analisadas não buscaram, pelo menos em 1990, corrigir uma séria distorção nas informações geradas com base na metodologia da Correção Integral, que foi a utilização de índices altamente defasados (variação do BTNf = 846%) em relação à inflação média do período (1990), medida por exemplo, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (1585%). A utilização de índice de variação cambial (1246%) no ano de 1990, reduziu o nível de distorção, mas não a evitou, em função do seu grau de defasagem em relação à inflação verificada no período em referência.

Mencione-se a propósito, que não há incoerência entre as respostas trabalhadas neste item e aquelas do item a.2, pois não obstante 8(oito) empresas utilizarem-se do dólar como moeda em seus relatórios gerenciais, a transformação cruzeiro/dólar se dá por simples conversão em final de período, dos demonstrativos elaborados pela Correção Integral.

a.7 Fonte primária de dados para relatórios de análise econômico-financeira

Fonte de Dados	Frequência
Lei Societária (LS)	03
Correção Integ (CI)	05
LS e CI	03
Dutros Sistemas	01
Total	12

Esta pergunta reporta-se à mencionada no item a.1 e serve, principalmente, como instrumento de mensuração do nível de coerência das respostas dos entrevistados. Assim, confrontando-se as duas respostas constata-se que o nível de incoerência é insignificante, observando-se um deslocamento da indicação de fonte de dados de apenas 1(uma) empresa, o que não provoca alteração nas observações anteriores.

a.8 Utilização pela alta administração dos relatórios de análise econômico-financeira, como suporte básico aos seus procesos decisoriais (comentados no item anterior)

Opção	Frequência
Sim	10
Não	02
<hr/>	
Total	12
<hr/>	

A expectativa aqui era a de que todas as empresas pesquisadas respondessem afirmativamente a pergunta formulada, de uso pela alta administração dos relatórios de análise econômico-financeira, como ponto de apoio aos seus processos de tomada de decisão. Entretanto, surpreendentemente, 2 (duas) das empresas apresentaram respostas negativas. Uma das empresas alega que a sua alta administração acha que o referido relatório é muito complexo. A outra, por sua vez, alega que os termos e conceitos envolvidos no relatório não são de fácil entendimento.

Neste ponto vale relembrar uma observação do Prof. David Li (1977, p.563):

"Embora o desenvolvimento dos demonstrativos contábeis dependa de sua aceitação por parte da administração, é correto afirmar que a capacidade da administração para usar a Contabilidade é importante fator contributivo para o êxito da própria administração. Ou dito de forma negativa, podemos atribuir muitos fracassos empresariais, diretamente à incapacidade da administração de utilizar a Contabilidade."

No caso específico aqui tratado, algumas considerações devem ser colocadas. Primeiramente, sabe-se que a tarefa de tornar palatável as informações contábeis para a alta administração, cabe às médias gerências. Neste sentido, o trabalho de preparo e análise dos relatórios, gerados com base na metodologia da Correção Integral, assume um papel de grande importância, com vistas a viabilizar a sua utilização pela administração superior em suas decisões.

Mencione-se por oportuno, que nas entrevistas realizadas pessoalmente pelo pesquisador, o sentimento captado foi o de que a preocupação do pessoal da média gerência estava mais centrada na mecânica de ajuste do modelo da Correção Integral e no cumprimento das exigências legais, do que no entendimento de sua filosofia.

Um outro ponto também a mencionar, foi a preocupação da média e alta gerência com suas avaliações de desempenho, e isto diz respeito, especificamente, ao resultado econômico apurado num determinado período. Dependendo da metodologia adotada (Lei Societária, Correção Integral ou outro modelo gerencial), os resultados alcançados podem ser diametralmente opostos. O que foi possível perceber nas referidas entrevistas, era de que se um resultado desfavorável (prejuízo) apurado por uma sistemática pudesse transformar-se em lucro, através da aplicação de outra metodologia de apuração, como por exemplo pela Correção Integral, tal sistema era enormemente enaltecido.

Em síntese, os interesses de curto prazo, costumam no caso aqui mencionado, sobrepor-se àqueles de longo prazo, e por isto é possível até que se tome algumas medidas disfuncionais, com adaptação dos sistemas contábeis aos citados interesses.

a.9 Tipos de decisões tomadas com base nos relatórios acima mencionados

As principais decisões tomadas são sobre: estrutura de capital (fontes de financiamento), planejamento fiscal, desvios em relação ao orçamento, análise de participações societárias, equilíbrio patrimonial (ativo permanente, patrimônio líquido e financiamentos), descontinuidade de negócios, redução de custos, aumento/redução no volume de investimentos, distribuição de lucros (dividendos e outras participações), custo de serviços para fins de estabelecimento de tarifas/ganhos de produtividade, etc.

b. Sistema de Contabilidade de Custos

b.1 Integração dos sistemas de contabilidade financeira e de custos

Sistema Contábil	Frequência
Lei Societária (LS)	09
Correção Integral (CI)	00
LS e CI	02
Outro sistema	01*
Total	12

*Trata-se de um sistema gerencial denominado Sistema de Gestão Econômica (SGE) que adota o conceito de Contabilidade a Nível Geral de Preços, combinadamente com ajustes de itens não monetários circulante, decorrentes de flutuações específicas de preços desses ativos, e adoção do conceito econômico de custo de oportunidade, como base para remuneração do capital próprio investido no empreendimento.

b.2 Utilização de base de avaliação para ativos não monetários (ativos permanentes e estoques) diferente do previsto na legislação.

Tipo de Ativo	Base Utilizada	Frequência
Estoque*	Preços de reposição	07
Ativo Permanente	==	00
Total		07

Das empresas pesquisadas 7 (sete) utilizam-se, gerencialmente, como base de avaliação de seus estoques, de valores de entrada ou custo de reposição (preços correntes), ou seja, a ênfase recai sobre o custo de substituição do ativo em referência, num dado momento. Esta tem sido a base de avaliação preferida, pois apresenta poucas restrições quando de sua aplicação prática, principalmente para avaliação de estoques.

A extensão da aplicação deste conceito para itens não monetários não circulantes (ativo permanente) tem sofrido algumas restrições, em função das dificuldades de sua operacionalização na prática. Para muitos desses ativos pode não haver um mercado

certo que sirva de parâmetro para o seu aprecio, podendo a empresa, neste caso, ter o ativo avaliado por aproximação do valor corrente. Uma abordagem alternativa para resolver o problema é usar um indexador de poder de compra específico, mais realístico que o uso de indexador geral.

Vale aqui mencionar u'a máxima de Keynes, citada por Whittington (1983, p.84), que diz que é preferível estarmos aproximadamente certos, do que precisamente errados.

Para o caso de avaliação dos ativos permanentes, pode ser utilizado também o conceito de reposição baseado no objeto físico (reprodução) ou do serviço físico (capacidade produtiva). O uso de outras bases de avaliação (Valor Presente, Valor Realizável Líquido, etc) não têm sido aplicados, não obstante seus méritos, em função das inúmeras dificuldades de operacionalização.

c. Política de Comercialização

c.1 Uso dos dados contábeis no processo decisório de estabelecimento de preços de venda

Opção	Frequência
<hr/>	
Sim	10
Não	02
<hr/>	
Total	12
<hr/>	

8 (oito) das 10 (dez) empresas que responderam afirmativamente, baseiam suas decisões de estabelecimento de preços de venda nas informações geradas pelos relatórios gerenciais, produzidos em consonância com a metodologia da Correção Integral e Sistema de Contabilidade de Custos (que agrega conceitos de avaliação de estoques e demais insumos produtivos a preços de reposição).

As duas outras empresas do primeiro grupo também se utilizam dos dados contábeis, só que, surpreendentemente, os gerados pela sistemática da Lei Societária. No caso destas empresas, trata-se

de produtos cujos preços de comercialização, à época, eram controlados pelo governo, não permitindo muita flexibilização. Contudo, isto não deveria constituir-se em motivo para o não acompanhamento de seus custos em termos reais, incorporando mecanismos de depuração dos números contábeis dos efeitos das mudanças nos níveis gerais e específicos de preços de seus ativos. Até mesmo no caso de eventuais pleitos por aumentos de preços para seus produtos, tais pedidos poderiam estar num nível bem abaixo do que seria necessário, para manter intacta a riqueza patrimonial, em termos reais.

Surpresa maior decorreu da constatação de que 2(duas) das empresas pesquisadas não se utilizam de dados contábeis em suas decisões de estabelecimento de preços de venda. Estas empresas, ao abrirem mão do uso de um potente instrumento de apoio decisório, que é o sistema contábil, perdem um importante aliado na luta pela manutenção de seu poder de concorrência mercadológica, via preços. No mercado em que as referidas empresas atuam, cujo nível de concorrência vem aumentando a cada dia, principalmente com a abertura deste mercado à concorrência externa, este é um risco eminente.

é claro que em algum momento (futuro), o sistema contábil poderá sinalizar que as políticas de comercialização das citadas empresas, não apresentam bons resultados (queda de faturamento em

decorrência de perda de mercado, compressão das margens de contribuição e líquida, etc).

Entretanto, deve-se mencionar que as empresas em referência, são as mesmas que no bloco a (a.8) responderam que as suas altas administração não se utilizam dos relatórios de análise econômico-financeira, elaborados pela sistemática da Correção Integral, como suporte aos seus processos decisoriais, por ser o mesmo muito complexo e por conter termos e conceitos de difícil entendimento.

Ora, assumindo-se como premissa que as respostas correspondem, *ipsis-literis*, o pensamento da alta administração com relação ao sistema contábil, não resta dúvida de que, mantendo-se esta postura, de colocar num plano secundário o referido sistema, corre-se o risco de tomar decisões contrárias aos interesses da empresa (decisões disfuncionais).

Temos dito no capítulo I, que a Contabilidade vem assumindo papel de grande importância, como ponto de apoio aos processos decisoriais, principalmente dos agentes internos, opinião corroborada por diversos empresários, como esta pesquisa demonstra, e por inúmeros escritores da área contábil, como o Prof. David Li (1977, p.563), que chega a afirmar que o êxito de uma administração estaria atrelada a sua própria capacidade em

usar os dados contábeis. Citamos inclusive uma pesquisa realizada nos Estados Unidos, sobre as causas dos fracassos empresariais, onde foi apontada como principal, a manutenção de sistema contábil deficiente. Este não é o ponto principal da discussão neste momento (qualidade do sistema contábil), mas serve para introduzir uma nova indagação acerca dos motivos efetivos que levaram a alta gerência da aludida empresa, a manter a citada postura. Será que a forma de comunicação dos dados contábeis implementada na tal empresa é adequada? O seu sistema contábil gerencial é eficiente, produzindo informações úteis e no tempo adequado à tomada de decisão da administração superior? Os relatórios gerenciais de análise econômico-financeira são consistentes, claros e objetivos, conduzindo a uma fácil interpretação pela administração superior?

d. Política de Distribuição de Lucros

d.1 Uso do Sistema Contábil como base para o cálculo das participações nos lucros

Sistema Utilizado	Frequência
Lei Societária	11
Correção Integral	01
Total	12

A sistemática de distribuição de dividendos é disciplinada pela Lei Societária (Lei 6404/76), que estabelece em seu artigo 202, o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado, nos casos de omissão dos estatutos das empresas quanto ao assunto.

Logo, isto explica em parte, a eleição pela maioria das empresas pesquisadas (90%), do sistema contábil baseado na Lei Societária, como fonte básica de dados para cálculo dos dividendos. Ademais disso, o lucro líquido, base de cálculo dos dividendos, apurado pelos dois sistemas (LS e CI), tem coincidido na maioria dos casos, pelo menos até 1990, em função da

flexibilidade possibilitada pela CVM, tornando opcional para as empresas a correção de estoques, com prazo de formação inferior a noventa dias, e o ajuste a valor presente dos itens monetários, com prazo de recebimento ou pagamento inferior a noventa dias. E ainda, os itens não monetários (reservas legal, contingencial e de Lucros a Realizar) que participam como fator de ajuste do lucro, no cálculo dos dividendos, possuem valores idênticos nos dois sistemas (LS e CI). Um outro ponto a considerar, é o fato de que em muitos casos, os dividendos efetivamente distribuídos, ultrapassam o valor mínimo estabelecido em estatuto ou na legislação.

Destarte, o fato de escolher-se como fonte de cálculo dos dividendos, um ou outro sistema (LS ou CI), não causa, a princípio, muita distorção. O problema existe, contudo, é na moeda (extinta BTNf) utilizada até 1990, como parâmetro de correção dos eventos contábeis, nos dois modelos de ajuste (LS e CI).

Com efeito, a variação da BTNf em 1990 atingiu um índice acumulado de 846%, enquanto a inflação no período, medida pelo INPC chegou a 1.585%. Essa defasagem compromete o próprio objetivo e filosofia conceitual dos modelos, principalmente o da Correção Integral, que é a manutenção de uma contabilidade a nível geral de preços (general price level accounting).

A concepção de lucro neste modelo, base para cálculo dos dividendos, provém do conceito básico de manutenção do capital financeiro do empreendimento, em termos reais, ou seja, o lucro, como bem coloca SZUSTER (1986, p.44), lembrando as clássicas palavras de Hicks sobre consumo sustentado, representa a quantia máxima que pode ser consumida (distribuída), uma vez mantido o poder geral de compra do capital (patrimônio líquido) inicialmente investido no empreendimento, adicionado de eventuais aportes subsequentes.

Neste caso, o lucro pode ser obtido pela Abordagem Estática (comparação do capital em dois períodos diferentes) da seguinte forma:

$$L_{t12} = PL_{t12} - PL_{t0} \cdot P_{t12}/P_{t0} \pm (VPL_{tk} \cdot P_{t12}/P_{tk})$$

onde:

L = lucro

PL = patrimônio líquido

P = índice geral de preços

VPL = variação no patrimônio líquido (exceto a do próprio resultado)

t0 = momento inicial do período

t12 = momento final do período

tk = cada mês do período

Não há necessidade de ilustrar numericamente a distorção provocada pelo uso de indexador, que não reflete a inflação do período. Ora, se no primeiro bloco da equação (PL_{t12}) é aplicado um índice de 8,46 (variação do BTN) e sobre o segundo, 15,86 (variação do INPC), não resta dúvida de que o lucro do período até então apurado vai-se alterar substancialmente, podendo até mesmo transformar-se em prejuízo, dependendo do seu volume. E neste caso, ao distribuir-se parte do lucro, na forma de dividendos, poder-se-ia estar, na verdade, provocando a descapitalização da empresa, ao devolver-se parte do seu capital aos acionistas.

Adicionalmente, deve-se mencionar que não obstante algumas empresas terem afirmado usar mecanismo de avaliação patrimonial à base de valores correntes (pelo menos para estoques), não houve menção neste tópico de sua utilização na mensuração do lucro, passível de distribuição, com segregação do lucro obtido na estocagem e na utilização dos estoques, lucro esse que precisa ser retido para possibilitar a reposição desses ativos. No caso, adotar-se-ia um modelo misto de apuração de resultado, baseado, ainda que parcialmente, nos conceitos de manutenção física e financeira do capital.

e. Reavaliação de Ativos

e.1 Uso do sistema contábil, desenvolvido com base em sistema de avaliação a preços correntes, como sinalizador para a tomada de decisão sobre reavaliação de ativos.

Opção	Frequência
Sim	00
Não	12
Total	12

Algumas das empresas analisadas utilizam-se em seus sistemas contábeis gerenciais, como já comentado, de bases de avaliação a preços correntes, somente para os itens não monetários circulantes (estoques e alguns outros insumos produtivos). Para os outros itens não monetários (não circulantes), notadamente os do subgrupo imobilizado, realizam-se de tempo em tempo, processos de reavaliação.

Nos casos em que foram possíveis a aplicação do questionário diretamente pelo pesquisador, o sentimento captado foi a de que os processos de reavaliação de ativos realizados, tinham sempre como motivação a melhoria dos indicadores de endividamento, para fins de obtenção de financiamento, ou para lançamento de ações, ou emissão de debêntures ou algum outro tipo de instrumento de captação de recursos. O processo de reavaliação consta, normalmente, de laudo pericial, que incluem a reposição do ativo no estado, e não é realizado de forma sistemática.

Mencione-se que em uma das empresas da amostra, está em desenvolvimento (sem data ainda para implantação) um sistema de controle de ativos fixos, com avaliação a preços correntes.

Neste ponto vale ressaltar a importância da utilização gerencial do modelo de ajuste, denominado Contabilidade a Custo Corrente Corrigido, que gera informações muito mais úteis e realistas para efeito decisório.

e.2 Uso dos valores dos ativos registrados nos sistemas contábeis (financeiro ou gerencial) como base para contratação de seguros para cobertura dos referidos ativos

Opção	Frequência
Sim	01
Não	11
Total	12

Apenas uma empresa respondeu afirmativamente. A base, no entanto, mesmo nesta empresa, não deriva somente do sistema contábil, mas inclui também um sistema de gerenciamento de risco. De um modo geral, as empresas utilizam-se como base, do preço de reposição do ativo em causa, fornecido pelo fabricante ou pelo mercado de bens usados (quando existente) ou ainda, através da utilização de índices setoriais.

Importa ressaltar que com as altas taxas inflacionárias, presentes em nossa economia nos últimos anos, e com a introdução de sucessivos planos de estabilização econômica, seguido, normalmente, de processo de congelamento de preços, as dificuldades de estabelecimento de preços correntes para ativos fixos, tem sido grande. Nos ambientes onde haja a presença dos elementos elencados acima, os preços relativos costumam apresentar desequilíbrios violentos, dificultando o estabelecimento de preços correntes para certos ativos. Isto tem conduzido a que algumas empresas da amostra utilizem-se, para valores desses tipos de ativos, de critérios, às vezes, pouco consistentes.

f. Comportamento, Crenças e Valores do Administrador, em
Relação ao Sistema Contábil

f.1 Defasagem das informações gerenciais em relação ao
momento de tomada de decisão

Opção	Frequência
<hr/>	
Sim	05
Não	06
Às vezes	01
<hr/>	
Total	12
<hr/>	

Este é um velho problema de qualquer sistema contábil, em luta constante para redução do *time* entre a data de ocorrência dos eventos (e a produção do relatório) e o momento da tomada de decisão. Algumas empresas estão implantando sistemas de informações gerenciais com consulta *on line*, o que deverá reduzir bastante a defasagem mencionada.

f.2 Validade da metodologia da Correção Integral

Houve consenso entre todas as empresas da amostra, de que a metodologia da Correção Integral é, conceitualmente, em que pese algumas imperfeições, bastante válida, inclusive para uso gerencial.

Entretanto, houve convergência também nas críticas às constantes manipulações pelo governo, dos indexadores utilizados no modelo, tornando a metodologia da Correção Integral, praticamente inútil para fins de gerenciamento empresarial.

f.3 Conhecimento da filosofia e metodologia da Contabilidade a Custo Corrente Corrigido (CCCC)

Opção	Frequência
Conhecem bem	04
Conhecem superf.	03
Desconhecem	05
Total	12

Como pode-se perceber, o número de entrevistados que possuem conhecimento pleno do modelo da CCCc é baixo.

Deve-se ressaltar que mesmo as empresas que afirmaram conhecer o modelo, na verdade o confundem com a avaliação de estoques a preços de reposição. Apenas em uma das empresas o entrevistado demonstrou conhecer plenamente o modelo, mencionando inclusive que o mesmo deverá constituir-se num próximo passo a ser dado pela contabilidade no Brasil, "mas somente quando houver amplo domínio conceitual da Correção Integral e não apenas de sua mecânica.

f.4 Existência nas empresas pesquisadas de algum modelo com características semelhantes ao da Contabilidade a Custo Corrente Corrigido (CCCc)

Opção	Frequência

Sim	01
Não	11

Total	12

Apenas uma empresa respondeu afirmativamente à utilização de modelo conceitualmente parecido com o da CCCc. A referida empresa utiliza-se (parcialmente) dos mecanismos de ajustes dos efeitos das flutuações gerais e específicas de preços sobre o seu patrimônio e fluxo de renda.

Em verdade, outras empresas também se utilizam de mecanismos de ajuste das oscilações específicas de preços, limitados contudo aos seus ativos não monetários circulantes (estoques), como comentado nos tópicos anteriores.

Mencione-se que uma das empresas utilizou-se desta metodologia (current cost accounting) em 1983, motivada, inicialmente, segundo o entrevistado, pela obtenção de melhoria de índices de estrutura de capital, para efeito de demonstração à instituição financeira. Após este período, por dificuldades operacionais, o modelo foi abandonado.

f.5 Principais restrições quanto a metodologia da Correção Integral

Principais Restrições	Frequência
Uso de indexador inadequado	11
Uso de índice único para todas as contas	01
Não correção de estoques e não realização de ajuste a valor presente de itens monetários	11

Os problemas do indexador e do ajuste a valor presente de itens monetários já foram solucionados, espera-se que de forma permanente (irreversível), pelas Instruções CVM 138 e 146/91. A primeira estabeleceu a obrigatoriedade de ajuste a valor presente dos itens monetários, independente do período de recebimento e pagamento. A segunda estabeleceu como indexador o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, este um indicador efetivo do nível inflacionário, que vem mantendo paridade com outros indicadores do nível de inflação geral e setorial (igp, icv, ipa, icc).

Infelizmente, o problema de não obrigatoriedade de correção dos estoques ainda permanece, em que pese, muitas empresas já estarem procedendo a tais correções, independente do prazo de formação dos mesmos.

Quanto ao problema do uso de índice para todas as contas, apresentado por uma única empresa, a solução deve passar pelo uso de indicadores específicos, mas aplicados combinadamente com indexadores gerais de preços.

f.6 Comentários gerais sobre as restrições dos sistemas contábeis, enquanto sistema de informações, destinados a dar suporte a tomada de decisão interna

Os principais comentários/restrições colocados foram:

- . A interferência excessiva do fisco na contabilidade, provoca sérias distorções nas informações;
- . A principal restrição constitui-se na defasagem entre a ocorrência dos fatos e sua evidenciação em relatórios. A segunda é o despreparo dos gerentes na análise e conhecimento do sistema de gestão e controle das

empresas. Quanto a utilidade intrínseca, consideram inegável;

- . O sistema contábil deveria ser abrangente, com geração de relatórios através de uma única fonte, para os diversos usuários, sejam interno ou externo;

- . Há que se reduzir o prazo de fechamento dos demonstrativos;

- . A contabilidade gerencial pode e deve ser diferente da contabilidade financeira (legal), desde que estas diferenças sejam de conhecimento das pessoas envolvidas no processo.

IV.2.3 Análise Quantitativa

Neste tópico são apresentados, a título ilustrativo, alguns indicadores econômico-financeiros, extraídos das demonstrações contábeis das 12 (doze) empresas analisadas, relativos ao exercício de 1990, elaborados em consonância com as metodologias denominadas: Lei Societária (LS) e Correção Integral (CI).

É importante mencionar que diversas pesquisas tem sido realizadas no Brasil em períodos recentes, demonstrando a validade informacional dos demonstrativos produzidos de acordo com a Correção Integral, sendo de destacar aquela realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI (FEA/USP).

Dessa forma, não se pretende nesta seção acrescentar novas discussões à teoria, mas tão somente corroborar as conclusões dos estudos anteriores, no tocante ao alto poder analítico propiciado pela metodologia retromencionada e, adicionalmente, demonstrar quantitativamente algumas afirmações/conclusões apostas no tópico anterior.

A seguir, apresentamos um quadro-resumo dos principais indicadores analisados, acompanhado de sucintos comentários.

INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

QUADRO RESUMO

Base: Demonstrativos Contábeis - 1990*

Indicadores	Lei Societária	Correção Integral
Rentabilidade		
. Margem Líquida	23.5%	13/2%
. Margem Bruta	46.3%	35,0%
. Retorno sobre Investimentos	6.6%	6.8%
. Retorno sobre o Cap.Próprio	10.5%	10/8%
Atividade (Operacional)		
. Giro dos Estoques	87 dias	45 dias
Capac.Pagamento/Geração Int.Rec.		
. Capacidade de Amort.Dívidas	2,0 anos	1,1 ano
. Imobilização Ger.Rec.Próprios	104.8%	166/6%
. Capacidade Pagto. Dividendos	17.6%	11.7%
. Encargos Financ. Médios	384.0%	27.0%
. Peso Enc.Financ.Fluxo Renda	38.7%	14.6%

* correspondente a 12 empresas de grande porte

faturamento acima de US\$ 100 milhões

Indicadores de Rentabilidade

Margem Líquida - Lucro Líquido/Vendas Líquidas

A alta margem líquida de comercialização obtida pela LS, de 23.5%, situa-se na verdade num patamar bem inferior, ou seja, em 13.2%.

Margem Bruta - Lucro Bruto/Vendas Líquidas

Em termos reais, a margem de contribuição é de 35.0% e não de 46.3%. Esta superavaliação de margem, pode conduzir a decisões equivocadas, como por exemplo, no estabelecimento de preços e decisão sobre manutenção de produtos em linha.

Retorno sobre o Investimento - Lucro Líquido/Ativo Total

As taxas obtidas pelas duas sistemáticas estão bem próximas (6.6% e 6.8% respectivamente), isto porque a maioria das empresas da amostra (80%) não corrigiram seus estoques e outros itens não monetários circulantes e nem ajustaram a valor presente seus itens monetários. Em outras palavras, se fosse adotado os procedimentos acima mencionados, coerentemente com o modelo teórico da "General Price Level Accounting", os indicadores obtidos apresentariam valores bastante diferenciados.

Rentabilidade do Capital Próprio -

Lucro Líquido/Patrimônio Líquido

O mesmo comentário acima é válido para este item.

Indicador de Atividade (Operacional)

Giro dos Estoques (Rotação Média)

$((\text{Estoque médio/custo produto vendido}) \cdot 360)$

Este item exemplifica bem as distorções, em termos de análise, provocada pela sistemática da lei societária. A renovação dos estoques se dá a cada 45 dias e não em 87 dias como pode-se observar no quadro retro.

Capacidade de Pagamento/ Geração Interna de Recursos

Capacidade de Amortização de Dívidas

Exigível a Longo Prazo/Recursos Gerados Disponíveis

Este índice mostra, em tese, em quanto tempo (médio) as empresas da amostra conseguirão pagar suas dívidas de longo prazo, mantendo-se a mesma capacidade de geração de recursos do último exercício (1990). Pela LS este prazo fica em 2 (dois) anos, enquanto pela metodologia da CI constata-se que na verdade

o *time* é de 1,1 ano. Este é um indicador de suma importância para efeito de análise financeira, especificamente, para concessão de financiamentos.

Imobilização Gerada com Recursos Próprios

Aplic. no Imobilizado/Rec. Gerados Disp.+ Aporte de Capital

Observa-se que o nível de aplicação no imobilizado no período, pela CI, ultrapassou a geração interna em 66.0% e não em 4.8% como apresentado pela LS.

Capacidade de Pagamento de Dividendos

Dividendos/Recursos Gerados Disponíveis

Encargos Financeiros Médios

Despesas Financeiras/Passivos Onerosos

Os juros reais foram de 27.0% sobre o valor das dívidas e não de 384.0% como apurado pela LS. As despesas financeiras, nos demonstrativos financeiros pela Lei Societária, incluem, normalmente, juros reais e variações monetárias e/ou cambiais, o que provoca a distorção acima.

Peso dos Encargos Financeiros no Fluxo de Renda

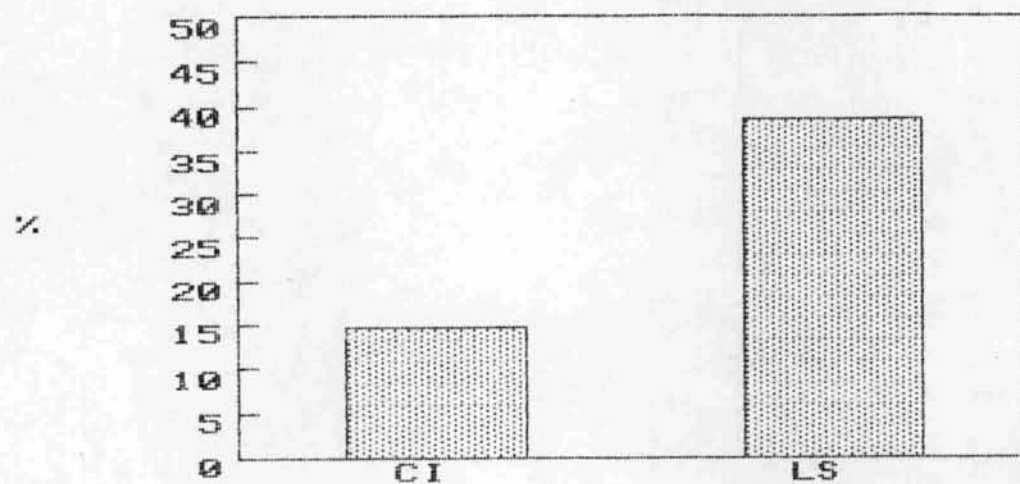
Despesas Financeiras/Vendas Líquidas

Fica bem nítido que o peso das despesas financeiras no fluxo de renda como apresentado pela LS (38.7%) distorce completamente qualquer tentativa de análise sobre estrutura de capital. Pela CI, observa-se que a participação dos encargos financeiros reais (exclusive variações monetárias e cambiais) no fluxo econômico foi de 14.6%.

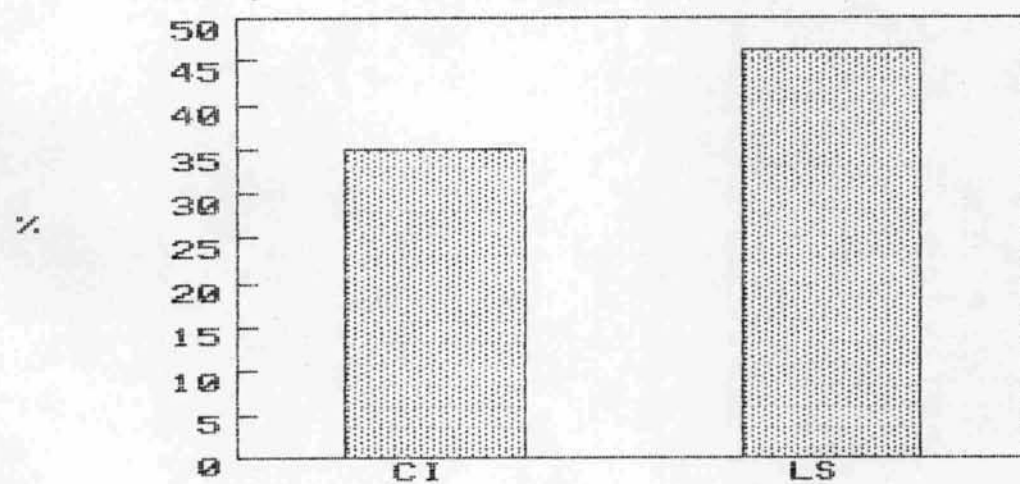
Estes são apenas alguns dos exemplos de distorções, que uma análise econômico-financeira efetuada com base nos demonstrativos contábeis gerados com base na Lei Societária, pode conduzir.

Para uma melhor visualização dessas distorções, apresentamos a seguir os indicadores acima, na forma de gráficos.

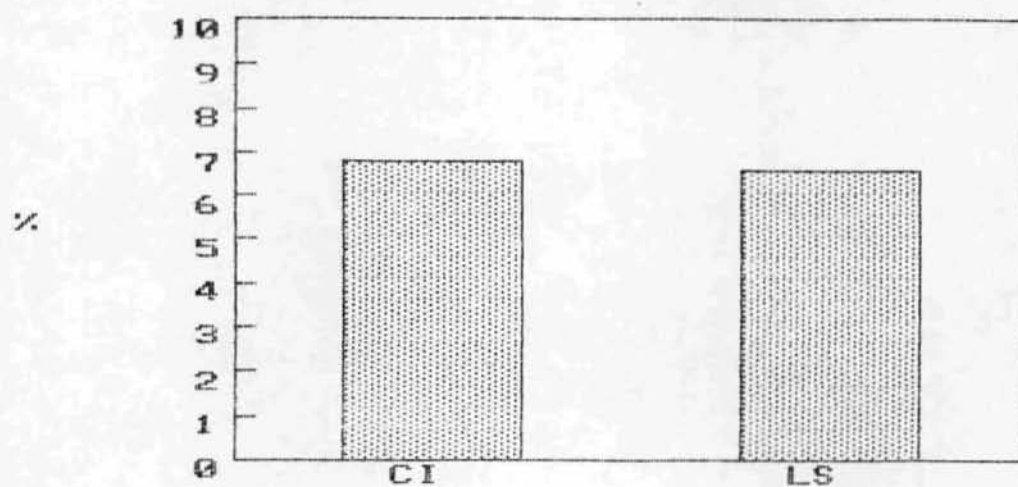
MARGEM LIQUIDA



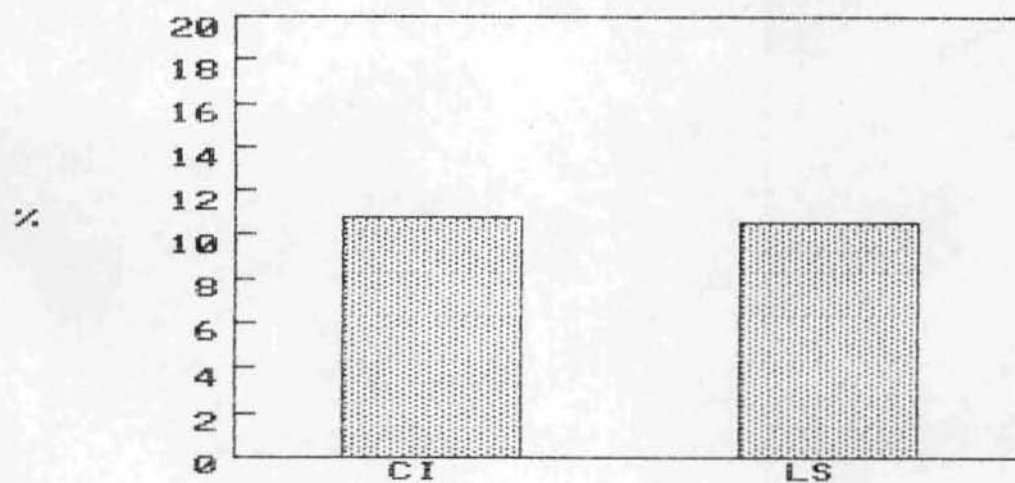
MARGEM BRUTA



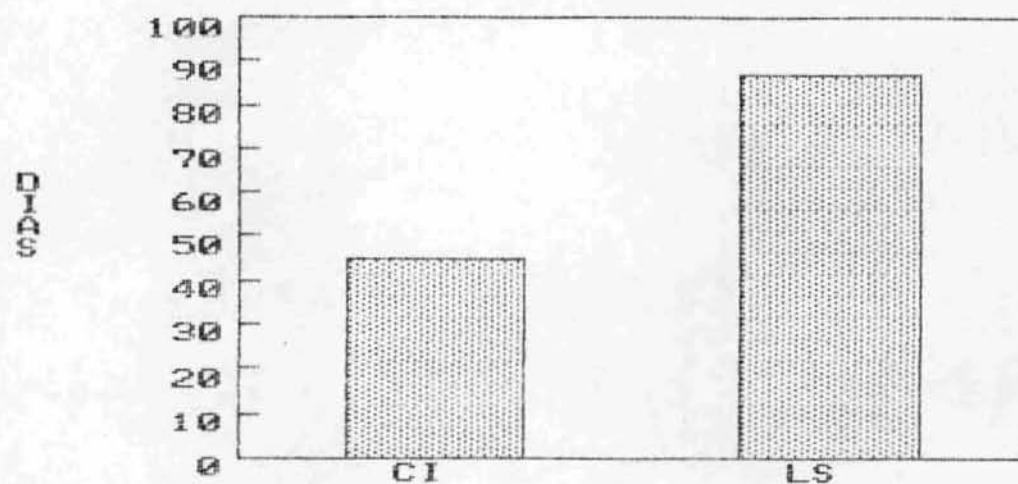
RETORNO S/INVESTIMENTO



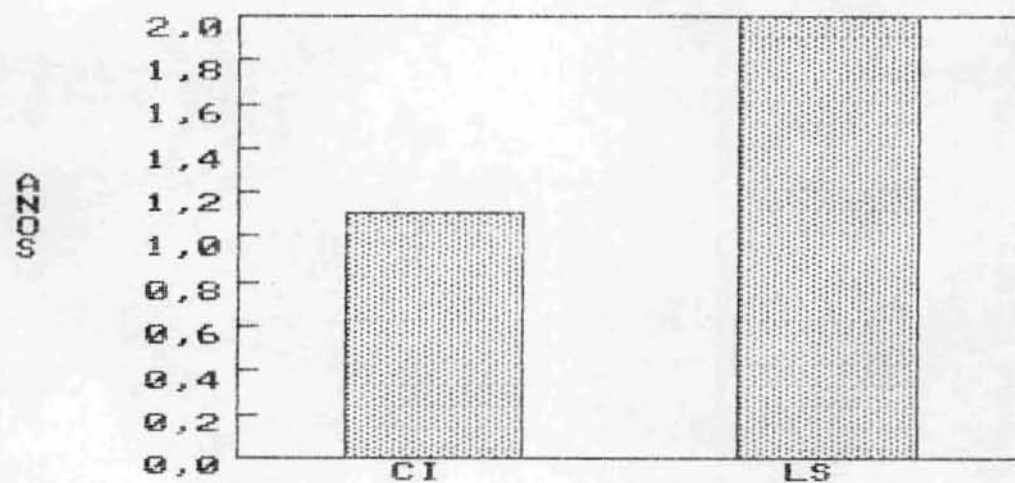
RETORNO S/CAPITAL PRÓPRIO



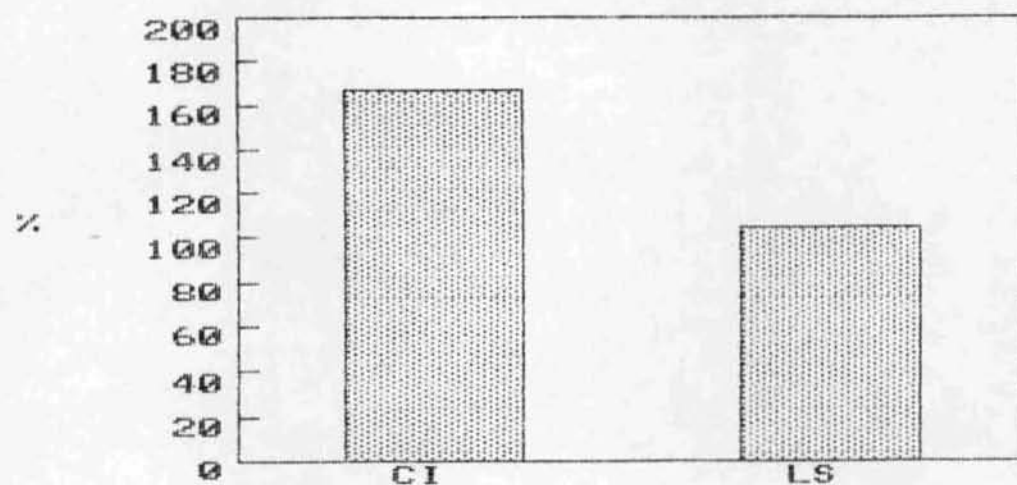
GIRO DOS ESTOQUES



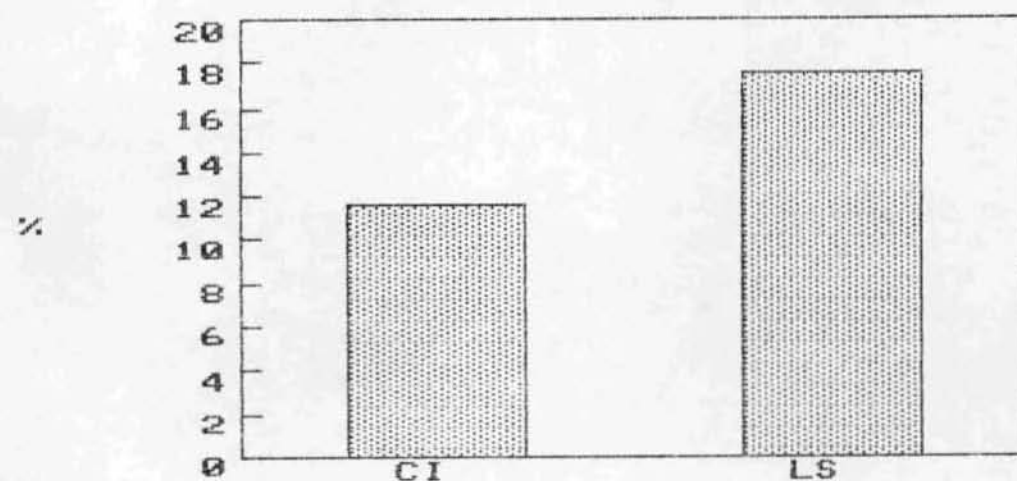
CAPAC AMORT DE DÍVIDAS



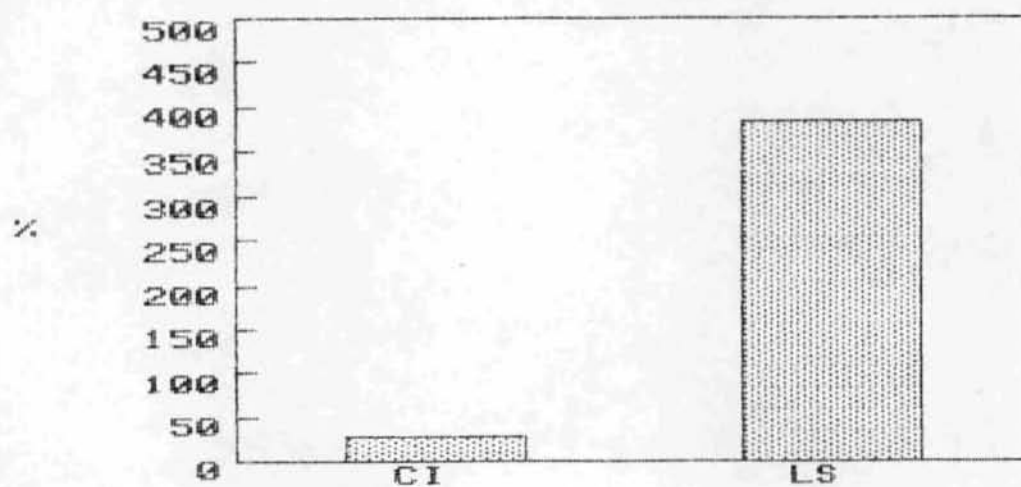
IMOB GERADA C/REC PRÓPRIOS



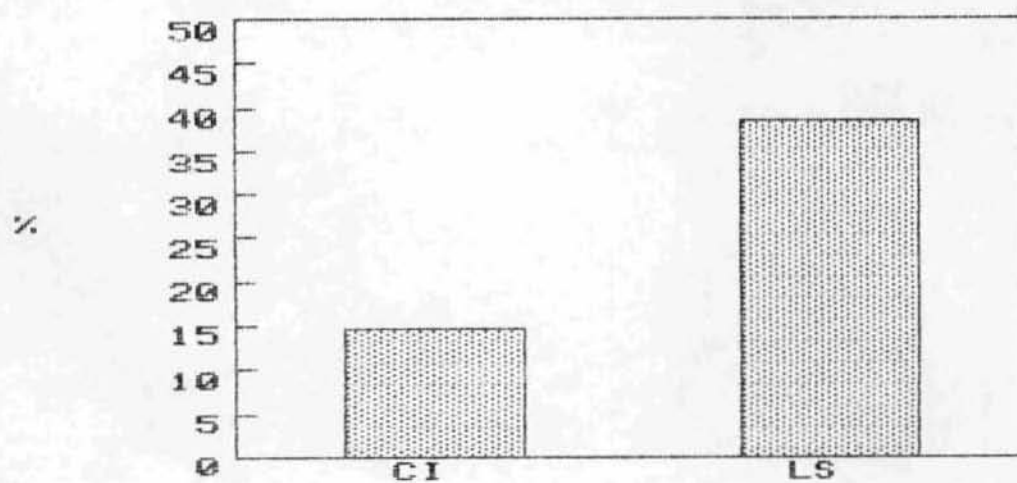
CAPAC PAG DIVIDENDOS



ENCARGOS FINANC MÉDIOS



PESO ENC FINANC NO FLUXO RENDA



CAPÍTULO V

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

V.1 SUMARIO DA PESQUISA

O objetivo deste estudo foi o de identificar o uso gerencial das informações contábeis tratadas por mecanismos que permitem o reconhecimento dos efeitos das oscilações específicas e gerais de preços.

Em síntese, o enfoque central esteve aqui voltado para os aspectos qualitativos do uso gerencial dos dados contábeis, não se aprofundando na mensuração quantitativa das distorções dos números gerados pelo sistema contábil que não contemple os ajustes acima mencionados.

Neste sentido, conduziu-se esta pesquisa com o objetivo precípua de explorar, descrever e discutir a forma e extensão em que são utilizadas as informações contábeis tratadas pelo método

da Correção Integral, no âmbito interno da empresa, ou seja, em seus relatórios gerenciais, para efeito de controle, tomada de decisão, avaliação de desempenho e de fixação de tendências para o empreendimento.

Adicionalmente, procurou-se detectar se as empresas utilizavam-se gerencialmente de outros métodos contábeis mais avançados, que privilegie o uso de mecanismos que permitam medir o impacto das flutuações específicas de preços sobre os números contábeis, como o modelo da Contabilidade a Custo Corrente Corrigido, ou outros modelos mais completos do que os mencionados anteriormente.

Buscou-se ainda, identificar as causas que levam as empresas a utilizarem-se ou não das aludidas informações, em seus processos operacionais, visando a tomada de decisão pela administração superior.

Partiu-se do pressuposto conceitual de que a utilização de informações contábeis, tratadas de acordo com as metodologias que as depurem, integralmente, dos efeitos das flutuações de preços observadas na economia, constituem-se num valioso instrumento, e que sua utilização maximiza os resultados de um processo de decisão empresarial. Desse modo, pressupõe-se que a sua utilização gera maiores benefícios do que a utilização de

informações baseadas em dados gerados pela contabilidade convencional ou de acordo com a sistemática prevista na Legislação Societária.

Estabeleceu-se como hipóteses básicas para conduzir este estudo, o de que as empresas abertas do setor industrial, utilizam-se, parcialmente, das informações tratadas de acordo com a sistemática da Correção Integral, para fins de tomada de decisão gerencial. E ainda, de que existiam diversas limitações/deficiências, mas que, no entanto, não invalidavam o seu uso gerencialmente. Supôs-se também que as empresas pesquisadas não se utilizavam, gerencialmente, de outros modelos de ajuste contábil, além daquele previsto nas Instruções CVM-64/87 e 146/91.

V.2 CONCLUSÕES/RESUMO DO ESTUDO

Após a tabulação e análise dos dados coletados na presente pesquisa, realizadas no capítulo anterior, passa-se agora para a interpretação dos resultados e apresentação das conclusões finais desta dissertação.

Preliminarmente, a atenção esteve voltada para verificar se as empresas pesquisadas, utilizavam-se efetivamente das informações geradas pela sistemática da Correção Integral, como suporte as suas decisões internas.

A análise dos dados coletados, permite inferir que todas as empresas pesquisadas, utilizam-se do sistema contábil como fonte primária para elaboração de seus relatórios gerenciais.

No tocante especificamente às informações geradas pelo sistema de Correção Integral, cabe mencionar que o uso gerencial desses dados, como suporte aos processos decisórios, tem sido parcial. Ou seja, as referidas informações são utilizadas (80% da amostra), porém com uma série de ajustes, efetuados com vistas a correção de algumas das limitações/deficiências da metodologia da Correção Integral, pelo menos até 1990.

Referidos ajustes envolvem de forma mais acentuada, a agregação ao modelo do conceito de contabilidade a valores correntes (custo de reposição), ainda que limitado a itens não monetários circulantes (estoques), processados por 7 (sete) empresas (60% da amostra).

Um outro ajuste processado por duas empresas (20% da amostra), diz respeito à utilização de outras moedas (dólar americano e moeda própria com evolução pelo igpm), como padrão monetário de ajuste, em substituição ao indexador oficial (BTNf) da época (1990), que não refletia adequadamente os níveis inflacionários.

O problema do indexador constituiu-se, notadamente em 1990, numa das principais restrições ao uso gerencial mais amplo das informações contábeis geradas com base na metodologia da Correção Integral. A excessiva manipulação dos indicadores de correção monetária sempre foi facilitada, em função deles decorrerem das variações de títulos governamentais (dívida pública interna), instrumento de política monetária do governo e não um indicador de níveis inflacionários. Esta vinculação provocou nos últimos anos, em função da deflagração de planos econômicos de combate à inflação, sérias distorções nas informações produzidas pela Contabilidade.

A concepção da metodologia da Correção Integral baseia-se numa das vertentes da abordagem da conservação da riqueza patrimonial, ou seja, na manutenção financeira do capital em termos reais. Sua base conceitual está centrada, assim, na idéia de geração de informações em moeda de poder aquisitivo (médio) constante, o que é destruído pelo uso de padrões monetários que não refletem a inflação média de um determinado período.

As principais consequências disto são empresas com patrimônios defasados, resultados super ou subavaliados (dependendo da estrutura patrimonial), indicadores econômico-financeiros completamente distorcidos, lucros fictícios no futuro (com antecipação de impostos), em função da baixa por depreciação ser efetivada com base em valores subavaliados, etc.

Em síntese, a resultante disto, foi a distorção dos valores contábeis apresentados nas demonstrações contábeis em 1990, que acabam não refletindo a magnitude da riqueza patrimonial e tampouco o desempenho real das empresas.

Mencione-se a propósito que, surpreendentemente, não obstante o consenso de que a defasagem do indexador da sistemática da Correção Integral tem-se constituído numa das principais deficiências do modelo, apenas 20% das empresas

preocuparam-se em anular esse mal.

Em verdade, a preocupação básica dessas empresas, estava voltada mais para o problema de antecipação do imposto de renda, em detrimento da correção das distorções da sistemática de ajuste, visando sua utilização como instrumental de apoio ao processo decisório.

Uma outra limitação do modelo de Correção Integral apontado na pesquisa, diz respeito a não correção de estoques (formados a menos de 90 dias) e o não ajustamento a valor presente dos itens monetários (já solucionado em 1991). Observa-se aqui uma incoerência entre a prática e o discurso, isto é, nada obstante as críticas colocadas pelos entrevistados, e o fato da maioria das empresas apurarem seus estoques a valores correntes, apenas três delas procederam a correção dos estoques e ajustaram a valor presente seus elementos monetários, ainda que não estivessem obrigadas.

Os problemas mencionados no parágrafo anterior provocam algum tipo de distorção das informações geradas com base na sistemática da Correção Integral, mas não invalidam este modelo como instrumento de apoio gerencial.

Entretanto, a problemática da defasagem do padrão monetário coloca por terra toda a filosofia do modelo, pois destrói exatamente o que ela busca gerar, ou seja, informações em moeda de poder aquisitivo constante.

Ressalte-se contudo, que com a edição da Lei 8200/91, estabelecendo o INPC como parâmetro de correção monetária das demonstrações contábeis, a partir de fevereiro/91, uma parte do problema parece estar contornado. Referida lei dispõe ainda sobre a correção, pelo mesmo índice, das defasagens de períodos anteriores, através do levantamento de balanços especiais. Porém o risco de manipulação deste índice ainda existe. A solução talvez devesse passar pela criação de uma unidade contábil própria, baseada numa cesta de índices gerais de preços.

Uma outra constatação nesta pesquisa foi a de que a maioria das empresas da amostra utilizava-se gerencialmente de mecanismos de ajustes das informações contábeis, que permitem o reconhecimento das oscilações específicas de preços de ativos não monetários, mas somente os circulantes (especificamente os estoques).

Este é um dos dispositivos de ajuste utilizado pela Contabilidade a Custo Corrente Corrigido (CCCC), só que aplicado combinadamente com mecanismos de ajustes das flutuações média de preços, e envolvendo todos os ativos não monetários (circulantes e não circulantes).

As empresas da amostra (60%) que se utilizam desse mecanismo de ajuste (flutuação específica de preços) em seus relatórios gerenciais, tem preferido o conceito de custo de reposição. O ponto importante da utilização desse dispositivo é a explicitação dos ganhos e perdas decorrentes da posse do ativo ajustado (estocagem), comparativamente ao seu valor corrigido pela inflação média do período, um item de extraordinário interesse e de grande utilidade, principalmente para finalidades gerenciais.

Podemos esperar que, sem dúvida, a aplicação desse conceito se amplie para todos os ativos não monetários das empresas, notadamente os do grupo do Ativo Permanente, com a adoção plena do modelo da Contabilidade a Custo Corrente Corrigido, o qual incorpora novos conceitos de resultado, imprescindíveis a um adequado processo de análise empresarial e de tomada de decisão. Nos relatórios produzidos em função do uso deste modelo são explicitados os ganhos e perdas, realizados e não realizados, decorrentes da posse dos ativos não monetários (circulantes e não circulantes). Neste caso, fica bastante cristalina a parcela do

lucro passível de distribuição, uma vez mantido o capital do empreendimento em termos físico e financeiro.

Enfatize-se, entretanto, que as empresas em referência precisam, primeiramente, entender e aplicar corretamente não só os mecanismos mas também a filosofia da Contabilidade a Nível Geral de Preços, como forma de viabilizar a utilização do modelo supracitado (CCCC).

Ao longo deste trabalho, pudemos constatar que as metodologias de ajuste contábil dos efeitos das mutações específicas e gerais de preços ou mesmo de ambas as formas combinadas (método eclético) derivam de um dos dois enfoques básicos (ou dos dois combinadamente), que é o de manutenção ou da capacidade aquisitiva geral dos recursos financeiros injetados na empresa (capital financeiro) e o da manutenção econômica ou da capacidade operacional/funcional dos investimentos da empresa (capital físico).

Dessa forma, o suporte conceitual de cada um destes enfoques é distinto, baseando-se os métodos de ajuste do enfoque financeiro nos valores contábeis dos ativos e passivos monetários, enquanto o fundamento essencial dos ajustes do enfoque econômico centra-se no fluxo de fatores consumidos.

Além das constatações já mencionadas, outras merecem comentários, quais sejam:

. Da amostra de 12(doze) empresas, apenas 2(duas) utilizavam como fonte dos relatórios gerenciais, das informações geradas pelo sistema contábil baseado na Lei Societária, modelo este altamente limitado, em termos de análise, conforme demonstrado no item IV.3 de capítulo anterior. A surpresa maior, no entanto, foi a constatação de que as deficiências citadas não eram corrigidas, isto é, os ajustes processados nas informações originais (LS) não eram suficientes para reduzir as distorções.

.A base para reavaliação de ativos não tem se originado do sistema de contabilidade gerencial, que possua controle de ativos não monetários a preços correntes. O processo de reavaliação de ativos tem-se configurado, basicamente, num instrumento destinado a melhoria do perfil de desempenho econômico das empresas. A manutenção de um sistema gerencial baseado na CCCc supriria as administrações das empresas não só de informações voltadas para problemas de reavaliação patrimonial, mas também para decisões importantíssimas sobre alienação de empresas, processo de fusão, incorporação e cisão. Nos casos também de contratação de seguros para os ativos, as informações também estariam disponíveis.

. Deste estudo, pode-se concluir também que o não conhecimento pleno da filosofia conceitual do modelo da Contabilidade a Custo Corrente Corrigido (CCCC), demonstrado nas empresas pesquisadas, tem impedido a sua adoção, não obstante a constatação do uso de avaliação a valores correntes, em algumas das empresas, porém restritas aos estoques.

. A base para distribuição de lucros em 90% das empresas da amostra tem-se originado do sistema da Lei Societária. Ainda que outros fatores influa na definição do montante a distribuir, considerada as distorções mencionadas anteriormente, é possível que as empresas acabem pagando mais do que o devido, descapitalizando-se.

V.3 SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

As naturais limitações deste estudo e sua abrangência, não permitiram o aprofundamento do tema, sobre os aspectos e consequências das práticas contábeis utilizadas no âmbito gerencial.

Entretanto, algumas constatações, em especial quanto ao uso gerencial das informações geradas pelos sistemas contábeis derivados da Lei Societária, da Correção Integral (Contabilidade

a Nível Geral de Preços) e da Contabilidade a Custo Corrente Corrigido, sugerem alguns questionamentos:

. A partir da constatação de que as administrações superiores de duas empresas não se utilizam dos relatórios econômicos-financeiros em seus processos decisoriais, sob o argumento de que tais relatórios são muito complexos, cabe as seguintes indagações: Será que o erro não estaria na terminologia utilizada pela Contabilidade para comunicar suas informações? ou Será que a forma de análise e comunicação dos dados pela média gerência não estaria equivocada, ou em outras palavras, será que os responsáveis pela citada tarefa entendem suficientemente bem a filosofia da Correção Integral, ou se atêm a sua mecânica?

. Por que as empresas não se utilizam gerencialmente de dispositivos de avaliação de ativos não monetários não circulantes (ativo permanente) a preços correntes? Quais são as reais dificuldades operacionais? Os benefícios de sua utilização, apontados neste estudo, são suficientes para justificar a implantação do citado modelo?

. A quanto monta a defasagem patrimonial (em termos financeiros) provocada pela utilização de indexadores inadequados?

Qual seria o resultado efetivo das empresas em 1990, se as mesmas tivessem se utilizado de indexadores adequados (Abordagem Estática)? Quais os principais problemas gerados para as empresas, em termos decisoriais, em função do fato acima?

Estes e outros questionamentos podem ser extraídos do presente relatório.

BIBLIOGRAFIA

ACCOUNTING PRINCIPLES BOARD - "Financial Statement Restated for General Price Level", 1969.

ANTHONY, Robert N. "Contabilidade Gerencial: Uma Introdução à Contabilidade". Traduzido do original "Management Accounting: An Introduction", SP, Atlas, 1975.

ASSAF NETO, Alexandre - "A Problemática Inflacionária na Administração Financeira", Revista de Estudos de Administração, FAPP, SP, abr-dez/80, (12).

BENTO, A. M. & FERREIRA, M. R. - "A Prática da Pesquisa em Ciências Sociais: Uma Estratégia de Decisão e Ação", Relatório Técnico n.54, RJ, COPPEAD/UFRJ, 1982.

BIERMAN, Harold & DREBIN, Allan R. - "Contabilidade Gerencial" Traduzido do original "Managerial Accounting: An Introduction", Ed. Guanabara Dois, 2.ed. 1979.

CASEY, C. & SANDRETTO, M. - "Internal Use of Accounting for Inflation", Harvard Business Review, nov-dez/81, in VERNON KAM, "Accounting Theory", John Wiley & Sons, Inc., California, 1986.

CROSS, Stephen M. - "Economic Decision Under Inflation: The Impact of Accounting Measurement Errors". Jai Press Inc, Greenwich, Connecticut, 1982.

EDWARD, Edgard O. & BELL, Philip W. "The Theory and Measurement of Business Income", Los Angeles, University of California Press, 1961.

FASB, "Flight of Financial Reporting Issues, 14 october, 1978, in VERNON KAM, "Accounting Theory", John Wiley & Sons, Inc., California, 1986.

HENDRIKSEN, Eldon S. - "Accounting Theory", Homewood, Richard D. Irwin, 1982.

IUDICIBUS, Sérgio de. - "Teoria da Contabilidade", SP, Atlas, 1987.

----- et alii - "Formulações Orçamentárias e Planejamento do Lucro em Condições Inflacionárias", Revista Brasileira de Contabilidade n. 44/83.

KAM, Vernon - "Accounting Theory", John Wiley & Sons, Inc., California, 1986.

KAPLAN, R. S. - "The Evolution of Management Accounting". The Accounting Review, 59(3), jul/84.

KERLINGER, Fred N. - "Foundations of Behavioral Research", Holt Rinehart and Winston, Ind., 2ed. 1973.

LI, David - "Contabilidade Gerencial" traduzido do original "Accounting for Management Analysis", SP, Atlas, 1977.

MARTINS, Eliseu - "Análise da Correção Monetária das Demonstrações Financeiras - Implicações no Lucro e na Alavancagem Financeira, SP, Atlas, 1984.

----- "Contabilidade e Inflação - Como entender um pouco mais", Temática Contábil, Boletim IOB 22/84.

MARTINS, Eliseu - "Olhem bem o balanço da VASP", Temática Contábil, Boletim IOB 16/86.

----- & ASSAF NETO, Alexandre - "Administração Financeira: As Finanças das Empresas sob Condições Inflacionárias", 1.ed., SP, Atlas, 1986.

MILLER, Elwood L. - "Inflation Accounting". Van Nostrand Reinhold, NY, 1980.

MONTEIRO, Dery R. - "Lucros a se Realizarem Financeiramente e a Informação Contábil Relevante". Tese de doutoramento, FEA/USP, São Paulo, 1989.

MOST, Kennet S. - "Accounting Theory", Grid Publishing Inc. 2ed., 1982.

SENA, José Julio - "Sem Alterar o Produto", RJ, O Globo, edição de 05.03.89.

SEVERINO, Antônio J. - "Metodologia do Trabalho Científico", 14ed. SP, CORTEL Ed. Autores Associados, 1986.

SHAPIRO, Edward - "Análise Macroeconômica". Traduzido do original "Macroeconomic Analysis", Atlas, São Paulo, 1972.

SIMONSEN, Mario Henrique - "A Correção Monetária dos Balanços e a Instrução CVM-64", Jornal do Commercio, caderno de negócios, p.1 edição de 18 e 19.04.88.

SZUSTER, Natan - "Métodos Contábeis de Reconhecimento da Variação do Poder Aquisitivo da Moeda: Uma Aplicação Prática". Dissertação de Mestrado defendida na FEA/USP, SP, 1980.

----- "Qual o Lucro a Distribuir sem Reduzir a Capacidade Física da Empresa?", Temática Contábil, Boletim IOB 29/85.

----- "Análise do Lucro Passível de Distribuição", Revista Brasileira de Contabilidade n.58, 1986.

SZUSTER, Natan e MONTEIRO, Dery R. "O Impacto da Inflação na Análise das Demonstrações Financeiras", Rev. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, 43(8): 45-54, ago.1989.

WHITTINGTON, Geoffrey - "Inflation Accounting: An Introduccio to the Debate", Cambridge University Press, New York, 1983.

ANEXO "A"

MODELO DO FORMULÁRIO - ROTEIRO UTILIZADO NA

ENTREVISTA DE COLETA DE DADOS

MODELOS DAS CORRESPONDÊNCIAS ENTREGUES AOS EMPRESÁRIOS

QUESTIONARIO DE PESQUISA

Data:...../...../.....

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1 Setor de Atividade

1.2 Ativo Total em 31.12.90 (em cr\$mil)

1.3 Patrimônio Líquido em 31.12.90 (em cr\$mil).....

1.4 Receita Operac.Líq. em 31.12.90(em cr\$mil).....

2. SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS

2.1 Sistema Contábil

2.1.1 O sistema de contabilidade desta empresa constitui-se na fonte principal de informações dos relatórios gerenciais?

- () SIM
() NÃO

2.1.1.1 Em caso positivo, indique a fonte de dados

- () Contabilidade praticada de acordo com as Leis 6404/76 e 7799/89 e legislação fiscal
() Contabilidade praticada com base na Correção Integral

2.1.1.2 Em caso negativo, justifique o porquê da não utilização ou utilização apenas parcial

.....
.....
.....
.....
.....

2.1.2 Qual a linguagem utilizada por esta empresa na comunicação das informações monetárias?

- ☐ cruzeiro
- ☐ dólar
- ☐ outra moeda

2.1.3 O resultado contábil desta empresa, apurado pela metodologia da Correção Monetária Integral, coincide com o valor obtido pela metodologia preconizada na Legislação Societária?

- ☐ SIM
- ☐ NÃO

2.1.3.1 Em caso negativo, aponte os motivos das variações?

- ☐ correção de estoques
- ☐ correção da conta Adiantamento de Clientes
- ☐ Ajustamento a valor presente dos itens monetários
- ☐ Outros motivos. Explicita-se.....
-
-
-

2.1.4 A empresa desenvolve algum sistema especial de contabilização, para fins de relatórios internos, paralelamente aos sistemas legalmente exigidos, que incorpore mecanismos de ajustes dos efeitos das variações gerais e específicas de preços, como o modelo da Contabilidade a Custo Corrente Corrigido?

- ☐ SIM
- ☐ NÃO

2.1.4.1 Em caso positivo, explicita-se de forma sintética, indicando que tipos de decisões são tomadas com base nele.

-
-
-
-
-

2.1.5 Quais os principais tipos de relatórios gerenciais gerados com base nos dados do sistema contábil?

.....
.....
.....
.....

2.1.6 Para efeito de elaboração desses relatórios, os dados contábeis primários são ajustados através da utilização de índices de correção monetária, diferentes daquele previsto na legislação em vigor?

- ☐) SIM
☐) NÃO

2.1.6.1 Em caso positivo, explicito-o e indique os mecanismos de ajuste adotados

.....
.....
.....
.....

2.1.7 Qual a fonte principal de dados para elaboração dos relatórios periódicos de análise econômico-financeira desta empresa?

- ☐) Contabilidade pela Lei Societária
☐) Contabilidade pela Correção Integral
☐) Sistema contábil com ajuste especial. Especifique

2.1.7.1 Esses relatórios periódicos servem de suporte primário aos processos de tomada de decisão interna da administração superior desta empresa?

- ☐) SIM
☐) NÃO

2.1.7.1.1 Caso negativo, justifique por que a administração não utiliza-se ou utiliza-se apenas parcialmente, desses relatórios.

- ☐) o relatório não representa a realidade
☐) o relatório é muito complexo
☐) os termos e conceitos envolvidos no relatório não são de fácil entendimento
☐) não acreditamos neste tipo de relatório
☐) outros. Especifique

2.1.7.1.2 Caso positivo, que decisões são tomadas com base neste relatório?

.....

2. SISTEMA DE CONTABILIDADE DE CUSTOS

2.2 A empresa tem sistema de custos integrado à contabilidade?

- () SIM
 () NÃO

2.2.1 Em caso positivo, essa integração é feita com que sistema?

- () contabilidade pela Lei Societária
 () contabilidade pela correção integral
 () outros sistemas. especifique.....

2.3 No sistema de contabilidade de custos, são utilizados na avaliação de ativos não monetários (ativo permanente e estoques) bases de avaliação diferentes dos previstos na legislação?

- () SIM
 () NÃO

2.3.1 Em caso positivo, explicito-o e indique a forma de utilização.

.....

- 2.4 Existe algum mecanismo especial utilizado pela empresa para depurar os custos dos efeitos das flutuações específica e geral de preços? Explicita-o.

.....

3. POLÍTICA DE COMERCIALIZAÇÃO

- 3.1 Os dados contábeis são utilizados no processo decisório de estabelecimento de preços de venda?

() SIM
 () NÃO

- 3.2 Caso positivo, explicita a fonte básica (Lei Societária, Correção Integral, Contabilidade a Custo Corrente Corrigido ou Outro modelo desenvolvido pela empresa.

.....

4. POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

- 4.1 No estabelecimento do nível de participação nos lucros, incluindo-se o volume de dividendos a serem distribuídos, a base de cálculo é extraída do sistema contábil?

() SIM
 () NÃO

- 4.2 Em caso positivo, explicita o sistema (Lei Societária, Correção Integral, Outros Sistemas)

.....

5. REAVALIAÇÃO DE ATIVOS

- 5.1. As decisões sobre os processos de reavaliação de ativos toma como base algum sistema contábil de avaliação a preços correntes?

.....
.....
.....
.....
.....

- 5.2. No processo de contratação de seguros para cobertura dos ativos possuídos pela empresa, a base de preços dos valores segurados provém do Sistema Contábil?

() SIM
() NÃO

- 5.2.1 Em caso positivo, explicita o sistema contábil (Lei Societária, Correção Integral, Contabilidade a Custo Corrente Corrigido, etc) e eventuais ajustes de tais sistemas.

.....
.....
.....
.....
.....

- 5.2.2 Caso negativo, indique e comente a base de preços de avaliação dos ativos para efeito de contratação de seguro (custo de reposição, valor presente, valor realizável líquido, etc)

.....
.....
.....
.....
.....

6. COMPORTAMENTO, CRENÇAS E VALORES DO ADMINISTRADOR, EM RELAÇÃO AO SISTEMA CONTÁBIL

- 6.1 As informações contidas nos controles gerenciais sempre estão defasadas em relação ao momento de tomada de decisão?

() SIM
() NÃO

6.2 Qual o seu pensamento em relação a validade do sistema contábil baseado na Correção Integral?

.....
.....
.....
.....
.....

6.3 O sr. tem conhecimento da existência de um modelo avançado de contabilização dos efeitos da flutuação específica e geral de preços, denominado Contabilidade a Custo Corrente Corrigido, cujo poder informativo é bem mais completo que os modelos exigidos pela legislação atual?

.....
.....
.....
.....
.....

6.4 Existe algum modelo de ajuste contábil com características semelhantes ao citado acima, implantado em sua empresa?
Comente

.....
.....
.....
.....
.....

6.5 Quais as principais restrições que o sr. teria quanto a metodologia da Correção Integral, em relação às suas necessidades informativas?

.....
.....
.....
.....
.....

6.6 Faça alguns comentários gerais sobre as principais restrições dos sistemas contábeis, enquanto sistema de informações destinados a dar suporte aos processos decisoriais tomados em sua empresa?

.....
.....
.....
.....
.....

Rio de Janeiro,

de 1991

A

.....
.....
.....

Att.:

Prezado Senhor,

O portador da presente, o mestrando Luiz Fernando Azevedo Silva, aluno do Curso de Mestrado em Ciências Contábeis desta Universidade, está realizando um estudo a respeito da "Utilização gerencial das informações contábeis tratadas por métodos que reconhecem os efeitos das flutuações de preços sobre o patrimônio e resultado empresarial, notadamente, pelo modelo de ajuste denominado Correção Integral".

O estudo tem por finalidade a verificação da validade dos modelos teóricos desenvolvidos e sua efetiva utilização, no plano interno da empresa, como apoio à tomada de decisão gerencial. Após a realização desta pesquisa, a mesma será apresentada pelo referido mestrando, como dissertação de mestrado no curso de Pós-Graduação em Contabilidade desta Universidade.

A operacionalização desta pesquisa dependerá do apoio que V.Sa., certamente dará ao pesquisador, visto constituir apenas na liberação de informações a respeito dessa empresa, possibilitando assim a realização deste estudo. Este trabalho servirá como mais uma contribuição científica à Área Contábil, Financeira e Gerencial.

Certos de podermos contar com a colaboração de V.Sa., antecipadamente agradecemos e aproveitamos a oportunidade para enviar-lhe as nossas cordiais saudações.

Prof. Dr. Wilson da Silva Spinosa
Coordenador do Curso de Mestrado em
Ciências Contábeis da Universidade
do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro,

de 1991

A

.....
.....
.....

Att.:

Prezado Senhor,

O Centro de Pesquisa em Contabilidade da Faculdade de Administração e Finanças da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, através do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, encontra-se desenvolvendo um estudo a respeito da "utilização gerencial das informações tratadas por métodos que reconhecem os efeitos das flutuações de preços sobre o patrimônio e resultado empresarial".

O trabalho tem por objetivo a mensuração e validade das teorias propostas, sua eficiência e eficácia. Após a realização deste trabalho, apresentaremos como dissertação de mestrado no curso acima citado, mantendo todas as informações individualizadas.

A viabilização operacional deste projeto depende, todavia, do apoio que V.Sa., provavelmente venha a nos proporcionar, visto consistir apenas na liberação de informações a respeito dessa empresa, possibilitando-nos a realização deste estudo.

Por outro lado, asseguramos-lhe sigilo absoluto na utilização das informações que forem registradas em formulário próprio, na ocasião da realização da nossa entrevista com V.Sa.

Desde já, agradecendo a atenção dispensada à presente, subscrevemo-nos

Atenciosamente
Luiz Fernando Azevedo Silva
Responsável pela Pesquisa